

6

Para Saber Mais

Confira nas próximas páginas um roteiro com explicações de conceitos e termos usados no universo da saúde infantil, indicações de fontes relevantes nessa área e outros dados sobre o tema



Glossário

A

ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO Crianças que recebem somente leite materno, sem água, chá ou suco. O recomendável é que todos os bebês sejam amamentados exclusivamente até os seis meses de vida.

B

BAIXO PESO É o peso abaixo do normal. Termo muito utilizado para indicar o baixo peso dos bebês no nascimento. Estão nesse grupo as crianças que nascem com menos de 2.500 gramas. Esses nenês possuem maior risco de morrer e adoecer no primeiro ano de vida. O tabagismo, a presença de infecções durante a gestação, além da gravidez na adolescência, são alguns dos principais fatores que contribuem para o problema.

BANCOS DE LEITE Trata-se de uma rede de Bancos de Leite Humano que visa promover a saúde da mulher e da criança,

especialmente dos bebês prematuros e de baixo peso. Até o final de 2002, existiam 153 unidades em funcionamento em 25 estados do País, coletando e distribuindo mais de 100 mil litros de leite. Essa estratégia é reconhecida internacionalmente como a maior experiência de Bancos de Leite Humano no mundo. É coordenada pela Secretaria de Políticas de Saúde (MS), por meio da Área Técnica de Saúde da Criança.

BOLSA-ALIMENTAÇÃO Criado pelo Ministério da Saúde, o *Programa Bolsa-Alimentação* tem como objetivo a promoção das condições de saúde e nutrição de gestantes, mães que amamentam e crianças de seis meses a seis anos e onze meses de idade, em risco nutricional, de famílias sem renda ou que possuam renda mensal de até R\$ 90,00 *per capita*. A iniciativa atua em duas frentes: complementando a renda familiar e realizando ações básicas de saúde. Cada família cadastrada recebe de R\$ 15,00 a R\$ 45,00 por mês, dependendo do número de beneficiários. O valor é pago por meio de cartão magnético e o saque pode ser feito nas agências da Caixa Econômica Federal.

Uma vez cadastrada, a família se compromete a realizar uma *Agenda de Compromissos em Saúde*, que consiste em ações básicas como pré-natal, vacinação, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil e atividades educativas em saúde e nutrição.

C

CARÊNCIAS NUTRICIONAIS É uma forma de desnutrição (subnutrição) caracterizada pela falta de nutrientes importantes para o organismo. Pode ser uma carência geral de várias substâncias ou específica. A deficiência de ferro, chamada de anemia ferropriva, é a mais comum. Há também a hipovitaminose A (falta de vitamina A). As carências nutricionais são, em geral, decorrentes de uma alimentação inadequada – em quantidade e/ou qualidade – ou causadas por determinadas doenças que resultam em maior perda de nutrientes (diarréias e hemorragias) ou no consumo exagerado pelo organismo, caso do câncer e de alguns tipos de anemia.

CARTÃO DA CRIANÇA É o instrumento utilizado para acompanhar a saúde e a nutrição das crianças. Esse documento contém várias informações relevantes sobre o nascimento da criança e suas condições de saúde, tais como: tipo de parto, peso ao nascer, datas em que a criança vai à unidade de saúde, vacinas, doenças (como diarreia e pneumonia) e outros eventos importantes. O desenvolvimento psicossocial da criança também deve ser acompanhado utilizando-se as informações e os marcos estabelecidos. O cartão fica com a família – mãe, pai ou responsável –, que precisa ser orientada para apresentá-lo sempre que for a um posto de saúde. Médicos, enfermeiros, nutricionistas e agentes de saúde devem registrar os dados da criança e explicar a mães, pais ou responsáveis o significado dessas anotações.

CERTIDÃO DE NASCIMENTO Também chamada de registro civil de nascimento. Esse documento fornecido pelos cartórios é o primeiro direito de qualquer criança e possibilita o exercício pleno da cidadania. Sem ele, o indivíduo não existe oficialmente e não tem acesso legal aos privilégios e proteção que o País oferece a seus cidadãos. Constitui ainda o instrumento básico mediante o qual o governo pode ter o censo de seus cidadãos e planejar políticas

na área social. A certidão deve ser fornecida pelos cartórios a todos os cidadãos brasileiros e a sua primeira via é gratuita.

CONANDA É o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Órgão vinculado ao Ministério da Justiça, o Conanda é formulador das diretrizes políticas voltadas para a criança e o adolescente no País, as quais devem ser incorporadas às ações setoriais do governo. Sua criação, que aconteceu no ano de 1991, estava prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Uma de suas missões é levar as diretrizes estabelecidas em âmbito nacional ao conhecimento dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos de Saúde, Educação e Assistência Social e das entidades governamentais e não-governamentais envolvidas na execução das políticas públicas. Também é responsável por recomendar aos Conselhos a observação das normas previstas na legislação para julgamento, aprovação e execução de programas e políticas públicas no âmbito estadual e municipal nas diversas áreas de interesse da criança e do adolescente. Site: www.mj.gov.br/sedh/conanda.

CONASEMS É o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. Sua principal missão é defender o

acesso integral de todos os cidadãos brasileiros a uma política de saúde eficaz, por meio do fortalecimento da autonomia dos municípios. Entre suas mais importantes atividades está a de estimular a troca de experiências e informações entre os municípios, conectando instituições acadêmicas, agências internacionais de cooperação técnica e órgãos governamentais. Os secretários municipais participam ainda de conselhos e fóruns que atuam na área da saúde e da criança. Site: www.conasems.com.br.

CONSELHOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

São órgãos municipais e estaduais, deliberativos, autônomos, reguladores e controladores das políticas relacionadas às crianças e aos adolescentes brasileiros. Os Conselhos foram previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, estão implantados nos níveis Nacional, Estadual e Municipal e devem ter composição paritária, ou seja, precisam contar com metade dos representantes da sociedade civil e metade do governo.

CONSELHOS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DE SAÚDE

São instâncias que atuam na formulação de estratégias e no controle de execução das políticas públicas de saúde do País (*veja mais informações sobre esses conselhos na página 141, no Anexo II, intitulado "O que é o SUS"*).

CONSELHOS TUTELARES Trata-se de instâncias também previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. São organismos não jurisdicionais, formados por representantes da sociedade civil por meio de eleição direta em cada município. Sua missão é zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Dependendo da população, um município pode ter um ou mais conselhos.

CRECHE Unidade de atendimento de crianças de zero a três anos, que desenvolve atividades lúdicas e de promoção do desenvolvimento infantil em regime de quatro ou oito horas. Existem creches públicas e privadas. Depois da sanção da *Lei de Diretrizes de Bases da Educação*, em 1996, essas instituições passaram a integrar o sistema educacional brasileiro e, pelo menos de acordo com a lei, não podem ser vistas apenas sob a ótica assistencialista.

D

DESNUTRIÇÃO É o resultado do déficit de nutrientes no organismo. Nutriente é toda substância indispensável ao corpo cuja falta na alimentação leva a doenças e posteriormente à morte. A desnutrição pode ser geral (quando faltam vários nutrientes) ou específica (quando há o déficit de

alguma substância em especial). A desnutrição deixa o organismo mais vulnerável a infecções e, dependendo do tipo, podem aparecer sinais e sintomas específicos.

E

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado pela lei de 8.096, de 13 de julho de 1990, e entrou em vigor no dia 12 de outubro daquele ano. Estabelece direitos e deveres dos brasileiros de zero a 18 anos, além de regulamentar conquistas garantidas pela Constituição de 1988, pela Convenção dos Direitos da Criança de 1989 e por outros tratados internacionais. O ECA resultou de uma ampla mobilização e participação popular e, por isso, representa a visão que a sociedade tem da criança e o modo como quer que ela seja tratada, isto é, como cidadão, respeitada nos seus direitos, integrante de uma sociedade consciente e responsável pelo seu presente. Ao adotar a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente, o ECA mudou radicalmente a orientação dada ao atendimento à população infante-juvenil. O antigo Código de Menores, substituído pelo Estatuto, tinha caráter punitivo e

assistencialista e dirigia-se apenas àqueles que estavam em situação irregular, principalmente os abandonados e os infratores. O ECA amplia os poderes dos cidadãos e dos municípios na gestão dos assuntos relativos às crianças e aos adolescentes permitindo que a sociedade faça valer seus direitos.

F

FECUNDIDADE É a estimativa do número de filhos. Existem a taxa de fecundidade total e a específica. A taxa de fecundidade total representa o número médio de filhos nascidos vivos por mulheres de 15 a 49 anos, considerada faixa etária de idade fértil. A taxa específica de fecundidade é o número médio de filhos nascidos vivos por mulheres de cada faixa etária específica do período reprodutivo por ano.

H

HOSPITAL AMIGO DA CRIANÇA A Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) foi idealizada em 1990 pelo Unicef e pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para promover, proteger e apoiar o aleitamento materno. O objetivo é mobilizar os funcionários dos estabelecimentos de saúde para

que mudem condutas e rotinas responsáveis pelos elevados índices de desmame precoce. A IHAC estabelece dez passos para o sucesso do aleitamento materno e cinco critérios para que o hospital ganhe o título. O Ministério da Saúde vem capacitando profissionais e aumentando o aporte financeiro para os centros credenciados nessa rede.



IMUNIZAÇÃO Os produtos imunizantes – vacinas, soros heterólogos (imunoglobulinas animais) e soros homólogos (imunoglobulinas humanas) – são utilizados na prevenção e/ou tratamento de doenças. No Brasil, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) existe desde 1973. Com as campanhas de vacinação da população, alguns avanços ocorreram, como a erradicação de doenças como a poliomielite, a febre amarela urbana e a varíola, e o controle de outras, como tétano, difteria e coqueluche.



MÉTODO MÃE-CANGURU É um tipo de assistência neonatal que foi desenvolvido em 1979 no Instituto Materno-Infantil de Bogotá, na Colômbia, e vem sendo usado em

diversos países, sobretudo naqueles que não dispõem de um número suficiente de incubadoras. Esse método consiste em manter o prematuro junto ao colo materno, retirando-o da incubadora assim que possível. Com esse contato, melhoram os indicadores de saúde e bem-estar do bebê, tais como batimentos cardíacos, respiração e controle da temperatura. Outra vantagem dessa prática é que ela estimula o aleitamento materno e o nenê fica, assim, mais protegido contra infecções.

MORTALIDADE INFANTIL Além de revelar muito a respeito das condições de saúde das populações, a taxa de mortalidade infantil é também um importante indicador de desenvolvimento social e econômico de um País. Educação, renda, saneamento e acesso a serviços de saúde são fatores que influenciam as chances de sobrevivência infantil. A Taxa (ou coeficiente) de Mortalidade Infantil, conhecida como TMI, é calculada fazendo-se uma relação entre o número de óbitos de crianças menores de um ano de idade e o número de crianças que nascem vivas, em um determinado ano e local. Seu cálculo leva em conta a base de mil nascidos vivos. Portanto, quando se fala que a mortalidade infantil em um determinado local foi de 40 por mil (ou 40/1000), isso quer dizer que para cada mil crianças que nasceram vivas, quarenta

morreram antes de completarem um ano de idade.

MORTALIDADE MATERNA Indicador utilizado para acompanhar a saúde feminina. É calculado utilizando-se o número de óbitos de mulheres relacionados à gravidez, ao parto e/ou ao pós-parto em uma base de 100.000 nascidos vivos. Quando dizemos que a mortalidade materna em um determinado local foi de 90 por 100.000, isso significa que morreram 90 mulheres por problemas relacionados à gestação e ao parto para cada 100 mil bebês nascidos vivos naquele local.

MORTALIDADE NEONATAL O Coeficiente de Mortalidade Infantil é dividido normalmente em mortalidade infantil neonatal e pós-neonatal, que ocorrem respectivamente antes e depois de 28 dias de vida. O período neonatal pode ser dividido em precoce (primeira semana) e tardia (de 7 a 27 dias). Atualmente a mortalidade neonatal é a que mais preocupa as autoridades de saúde no Brasil, uma vez que cerca de 60% das mortes de crianças menores de um ano de idade ocorrem nessa fase.

MORTALIDADE PERINATAL Esse indicador engloba a mortalidade neonatal precoce (óbitos ocorridos entre zero e seis dias de vida) e a natimortalidade (soma do número de bebês nascidos mortos e de nascidos vivos) em um

determinado local e certo período para cada mil crianças nascidas vivas.

MUNICÍPIO APROVADO Em 1998, o escritório do Unicef no Ceará lançou o projeto “Selo – Município Aprovado”, com o objetivo de estimular a execução de ações em favor da criança. Esse projeto é um sistema de certificação da qualidade de gestão pública conferida ao município que avançou no desempenho de políticas públicas voltadas para a infância e a adolescência.



NATALIDADE Percentagem de nascimentos de uma comunidade em um certo período de tempo. A Taxa de Natalidade é a relação entre o número de nascimentos ocorridos em um ano e o número de habitantes estimados para este mesmo período em uma determinada localidade. Uma taxa de natalidade de 30 por mil significa que nasceram 30 crianças vivas para cada grupo de 1000 habitantes em um ano e local.



OBESIDADE É o excesso de gordura no corpo que, na prática, é medido pela relação entre o peso

e a altura. Uma criança obesa possui mais chances de ter esse problema na adolescência e na idade adulta. A obesidade aumenta os riscos de doenças cardíacas, diabetes, acidentes vasculares cerebrais e alguns tipos de câncer.



PRÉ-ESCOLA Estabelecimento destinado a crianças de quatro a seis anos. A pré-escola não quer dizer “fora da escola”, “antes da escola”, nem “preparação para a escola”. Essa etapa da escolarização faz parte do Ensino Básico e está sujeita a diretrizes pedagógicas específicas.

PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA Criado em 1996, o *Programa Prefeito Amigo da Criança*, uma iniciativa da Fundação Abrinq, visa mobilizar e apoiar as administrações municipais na implementação de políticas públicas de proteção integral às crianças e aos adolescentes, em sintonia com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O projeto faz um acompanhamento da atuação das gestões municipais, oferecendo retornos analíticos e qualitativos sobre as ações em curso nas cidades que compõem essa rede. Para a gestão 2001/2004, segundo dados de 2002 da Fundação Abrinq, havia 1.542 municípios brasileiros cadastrados no programa.

PRÉ-NATAL Conjunto de cuidados relativos à gravidez, visando à saúde da gestante e do bebê. Inclui uma série de pelo menos seis consultas médicas, iniciadas logo que se toma conhecimento da gestação. Durante essas visitas são realizados exames físicos e laboratoriais para avaliar o estado de saúde da gestante e detectar problemas que estejam ocorrendo com ela ou o bebê. Um pré-natal bem feito pode evitar muitos casos de mortes maternas e infantis.

SUS Sistema Único de Saúde, criado pela Constituição de 1988 (*veja informações sobre o SUS e a legislação relativa a ele na página 141, Anexo II*).

TESTE DO PEZINHO Esse exame é feito por meio de uma picada no calcanhar do bebê a partir do segundo dia de vida. Ele detecta precocemente suspeitas de várias doenças congênitas: fenilcetonúria, hipotireoidismo, anemia falciforme, outras hemoglobinopatias e fibrose cística. O teste do pezinho deve ser realizado preferencialmente entre o segundo e sétimo dia de vida.

**Este glossário foi produzido com a consultoria de Ana Goretti Kalume Maranhão, coordenadora da área de Saúde da Criança do Ministério da Saúde no governo Fernando Henrique Cardoso, e de Francisca Andrade, pediatra, coordenadora da Área de Saúde do Adolescente do Ceará*

DOENÇAS MAIS COMUNS

COQUELUCHE Doença infecciosa, contagiosa, causada pelo microorganismo *Bordetella pertussis*. O principal sintoma é uma tosse persistente e irritativa. Pode ser prevenida com a vacina Tríplice Bacteriana e pela vacina combinada: Tríplice Bacteriana com Haemophilus Influenza Tipo B.

DIARRÉIA AGUDA Caracterizada pela perda de água e sais, aumento do volume e da frequência das evacuações e pela alteração da consistência das fezes. Pode apresentar muco e sangue (disenteria). Atinge principalmente crianças que moram em locais sem saneamento básico. O aleitamento materno é a principal proteção nas crianças com menos de seis meses.

DIFTERIA Doença infecciosa e contagiosa causada pelo microorganismo *Corynebacterium diphtheriae*. Uma característica é o aparecimento de placa branca acinzentada nas amígdalas. Pode levar à morte. Pode ser evitada com a vacina Tríplice Bacteriana e com a vacina combinada.

ESCABIOSE Também conhecida como sarna, tem como sintoma mais comum uma coceira intensa principalmente nos espaços entre os dedos, as axilas e as nádegas. A transmissão ocorre por meio do contato pessoal.

INFECÇÕES RESPIRATÓRIAS

São doenças infecciosas do aparelho respiratório. Podem acometer os órgãos que ficam na parte superior do aparelho respiratório (nariz, por exemplo) e na parte inferior (pulmões). Nesse último caso, são mais comuns as pneumonias, que se forem tratadas corretamente não apresentam complicação.

PARASITOSSES São causadas por parasitas que atacam geralmente o aparelho digestivo. Entre os sintomas estão diarreia, náuseas e prisão de ventre. Entre as mais comuns estão a ascariíase, a ancilostomíase, a oxiúriase e a estrogiloidíase. Normalmente, são resultado da falta de saneamento básico.

PEDICULOSE Também conhecida como infestação por piolhos. A forma mais comum é a do couro cabeludo. Podem ocorrer também manifestações no corpo e na região dos genitais. A doença se manifesta com bastante coceira, especialmente na parte posterior da cabeça. A transmissão se dá por meio de contato direto ou pelo uso de roupas, lençóis e fronhas das pessoas contaminadas. Podem acontecer surtos em aglomerados como, escolas, hospitais e asilos.

POLIOMIELITE Também conhecida como Paralisia Infantil, pode apresentar desde formas leves até manifestações graves com paralisia. Graças à imunização com a vacina

Sabin, a doença, foi erradicada no Brasil e nas Américas.

SARAMPO Doença infecciosa aguda causada por um vírus – mixovírus – e altamente contagiosa. Caracterizada por febre, manchas vermelhas no corpo, tosse e conjuntivite, o sarampo ataca mais as crianças, especialmente as com menos de cinco anos, e os adolescentes menores de 15. A transmissão ocorre por meio das secreções das vias respiratórias e por secreção ocular. A vacinação tem controlado a doença no Brasil.

TÉTANO Doença infecciosa, não contagiosa, causada pelo microorganismo *Clostridium tetani* e que ataca as células do sistema nervoso. O tétano pode ocorrer no período neonatal quando a mãe não recebe a vacina antitetânica. Acontece também quando uma pessoa tem um ferimento, que é contaminado por terra, poeira ou objetos sujos. Pode ser prevenido por meio da vacina Tríplice Bacteriana.

TUBERCULOSE Doença infecciosa e transmissível, causada pelo microorganismo *Mycobacterium tuberculosis* que pode acometer vários órgãos além do pulmão – entre eles, ossos, rins, sistema nervoso e intestino. Os pulmões são geralmente a porta de entrada e a sede da infecção. As formas graves podem ser prevenidas pela vacina BCG ainda na maternidade.

Diretório de Fontes

Organizações	116
Especialistas	128
Estudos e Publicações.....	133
Sites	137

ORGANIZAÇÕES



ABRINQ – FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Atuação: Nacional

Endereço: Rua Lisboa, 224, Jardim América – São Paulo, SP,
Cep: 05413-000

Fone: (11) 3081-0699

Fax: (11) 3081-0699 ramal 120

E-mail: info@fundabrinq.org.br

Site: www.fundabrinq.org.br

Assessoria de Imprensa: Renata Cook

A Fundação Abrinq é uma entidade sem fins lucrativos que tem como missão promover a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Para isso, articula e mobiliza a sociedade civil e o poder público para transformar a criança e o adolescente em prioridade, além de promover e dar visibilidade a políticas e ações bem-sucedidas que possam ser disseminadas. Na área da saúde da criança e do adolescente, além do *Programa Prefeito*

Amigo da Criança (veja mais informações no Glossário, página 114), desenvolve os seguintes projetos:

Programa Adotei Um Sorriso - Por meio do trabalho voluntário e especializado de nutricionistas, pediatras, fonoaudiólogos, enfermeiros, dentistas e psicólogos, é fortalecido o atendimento em saúde a crianças e adolescentes em organizações sociais.

Programa Nossas Crianças - Pessoas físicas e jurídicas, por meio de contribuição financeira mensal, garantem a qualidade do atendimento a crianças e adolescentes em organizações sociais. Este programa também possui voluntariado empresarial. Empresas doam seus serviços (consultas, exames e cirurgias) para as crianças e jovens das organizações que fazem parte da Rede Nossas Crianças, garantindo o direito à saúde desses meninos e meninas.

ACTC – ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA CARDÍACA E TRANSPLANTADA DO CORAÇÃO

Atuação: São Paulo, SP

Endereço: Rua Oscar Freire, 2.136 – Pinheiros, São Paulo, SP,
Cep 05409-011

Fone: (11) 3088-2286/3085-0624/3898-1406

E-mail: actc@actc.org.br

Site: www.actc.org.br

A ACTC tem como missão auxiliar crianças de baixa renda, com doenças cardíacas, encaminhadas pelo Instituto do Coração - Incor, órgão do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, dando suporte também aos familiares. São oferecidos às crianças e às mães, gratuitamente, e pelo tempo que for necessário, hospedagem, alimentação, apoio social, psicológico, pedagógico e lazer, facilitando a convivência entre pessoas que enfrentam as mesmas dificuldades.

ÁREA DA SAÚDE DA CRIANÇA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Atuação: Nacional

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Ministério da Saúde, 6º andar, sala 636 – Brasília, DF, Cep 70058-900

Fone: (61) 315-2866/315.2759 Fax: 315-2038

E-mail: gorette@saude.gov.br e jane.ramos@saude.gov.br

A Área Técnica desenvolve ações de saúde voltadas para a faixa etária de 0 a 5 anos. A política de saúde da criança tem como eixo principal a redução da mortalidade infantil. Para a mudança de indicadores e resultados, o Ministério da Saúde vem ampliando a sua ação de humanização e melhoria da assistência. As ações do Ministério da Saúde incluem a intervenção no pré-natal, parto e nascimento, a partir de ação intersectorial com a área de saúde da mulher. Os projetos implantados abarcam:

Método Mãe Canguru: assistência neonatal, focada no recém-nascido de baixo peso.

Projeto Registro de Nascimento: implantação de Postos de Registro de Nascimento nas Maternidades da rede SUS, para garantia do registro e da certidão de nascimento gratuitos na hora da alta do parto hospitalar.

Projeto de Atenção Integral às Doenças Prevalentes na Infância: atividade de Acompanhamento do Crescimento e Desenvolvimento Infantil, garantindo o monitoramento das crianças em todas as fases de seu desenvolvimento e não só nos momentos de doença.

Política de Aleitamento Materno: incentiva a amamentação exclusiva até os 6 meses, promovendo sua prolongação até os dois anos de idade. Para a realização dessas ações, o Ministério da Saúde tem investido em projetos como Hospitais Amigos da

Criança, Rede Nacional de Bancos de Leite Humano, Projeto Carteiro Amigo, Bombeiros da Vida e Iubaam-Iniciativa Unidades Básicas Amigas da Amamentação.

Projeto Biblioteca Viva: implantado em Hospitais da rede SUS, objetiva minimizar o impacto da internação por meio de leituras de histórias infante-juvenis, envolvendo paciente, família e profissionais de saúde na recuperação.

ÁREA DE PEDIATRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)

Atuação: São Paulo, SP, e Parque Indígena do Xingu, MT

Endereço: Rua Botucatu, 598, Vila Clementino – São Paulo, SP, Cep 04023-063

Fonefax: (11) 5576-4095/5573-4255/5549-6124

E-mail: pediater@osite.com.br

Site: <http://www.unifesp.br/dped>

E-mail: falecom-assessoria@midia.epm.br

Com atendimento pediátrico diversificado, a Unifesp conta com diversos hospitais e institutos, contemplando desde a área neonatal até a de oncologia e doenças renais. Merecem destaque as atividades voltadas para a saúde da criança, desenvolvidas desde o início da década de 70 no município do Embu (em São Paulo) e no Parque Indígena do Xingu, além dos projetos desenvolvidos em comunidades de favelas na capital paulista. No Hospital São Paulo, ligado à Unifesp, uma equipe multidisciplinar implantou o programa de Pais-Participantes, que visa estimular a participação dos acompanhantes no tratamento das crianças hospitalizadas, e o programa Brinquedoteca, que oferece às crianças e aos seus pais um espaço para o lazer, fonte de potencialização da criatividade, grande aliado na luta contra a doença.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE AZUL

Atuação: São Paulo, SP

Endereço: Avenida Tomás de Souza, 552 – São Paulo, SP, Cep 05836-350

Fone: (11) 585-11000/15370

Fax: (11) 5851-1089

E-mail: monteazul@monteazul.org.br

Site: www.montezul.org.br

Atende cerca de 1.100 crianças e adolescentes de favelas da zona sul de São Paulo, centrando esforços no desenvolvimento integral por meio de programas de saúde, desenvolvimento social, educação e cultura. Mantém ambulatórios médico e odontológico nas creches, atendendo 400 crianças por mês, faz pré e pós-natal na área de saúde, oferece serviços de educação infantil e pré-escola, além de complementação escolar e educação para crianças com deficiências. Recebeu oito prêmios nacionais, com destaque para o Prêmio Bem Eficiente, em 2002.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO PROJETO QUIXOTE

Atuação: São Paulo, SP

Endereço: Rua Prof. Francisco de Castro 92 – Vila Clementino, São Paulo, SP, Cep 04020-050

Fones: (11) 5572-8433 e 5904-3524

Fax: (11) 5572-8433

E-mail: quixote@psiquiatria.epm.br

Site: www.projetoquixote.epm.br

Assessora de imprensa: Simone Benedita

O projeto investe amplamente na área pedagógica (oficinas lúdicas, acompanhamento pedagógico, programa de inserção no sistema formal de educação e de educação para o trabalho) e tem como principal objetivo a promoção e a atenção global à saúde, integrando o trabalho de profissionais nas áreas de psiquiatria, psicologia, pediatria, ginecologia e odontologia, além de contar com o apoio do Hospital São Paulo, ligado à Universidade Federal de São Paulo - Unifesp. A equipe é especializada na área de saúde mental, em particular no tratamento de crianças e adolescentes usuários de drogas. Desde 1996, já foram atendidos mais de 1.800 crianças e adolescentes, e capacitados cerca de 1.500 educadores e técnicos no estado de São Paulo.

ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA CRIANÇA – RENASCER

Atuação: Rio de Janeiro, RJ

Endereço: Rua Jardim Botânico, 414 – Parque Lage, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, Cep 22461-000

Fonefax: (21) 2286-9988

E-mail: renascer@saude-crianca.org.br

Site: www.saude-crianca.org.br

Assessora de imprensa: Luciana Medeiros

E-mail: lumedeiros@pobox.com

Fundada em 1991, por Vera Cordeiro, a Associação Saúde da Criança - Renascer é uma ONG que surgiu a partir da indignação de profissionais da área de saúde pública do Hospital da Lagoa, no Rio de Janeiro, diante do sofrimento das crianças de baixa renda. O objetivo dos 180 voluntários envolvidos no trabalho é quebrar o ciclo "miséria, doença, internação, reinternação", que, na maior parte dos casos, resulta na morte das crianças. A Associação Renascer já ajudou na recuperação e no amparo de cerca de 6.044 crianças e 1.727 famílias. O suporte aos meninos e meninas atendidos, bem como às famílias, é dado por meio de palestras sobre saúde, medicamentos, alimentação balanceada e encaminhamento dos provedores da casa para cursos profissionalizantes e empregos.



BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Atuação: Nacional

Endereço: Av. República do Chile, 100 – Rio de Janeiro, RJ, Cep 20139 900

Fone: (21) 277-6868

Fax: (21) 277-7447/6978

Site: www.bndes.gov.br

E-mail: imprensa@bndes.gov.br

Financia investimentos sociais direcionados para a educação e saúde, saneamento básico e ambiental, transporte coletivo de massa e agricultura familiar contribuindo para a melhoria da competitividade da economia brasileira e para a elevação da qualidade de vida da população. Na área da saúde da criança, por exemplo, dá amplo apoio à implantação, no Brasil, do Método Mãe Canguru. Em março de 1999, o BNDES realizou conferência

nacional com o objetivo de divulgar o método e difundir seus benefícios. Um outro programa na área da saúde do BNDES tem como público alvo as crianças e os jovens oriundos de famílias de baixa renda. São apoiados projetos de atendimento extra-hospitalar, com modelos construídos a partir de parceria com a sociedade civil e o setor público, que atendem crianças em tratamento médico. Além de dar apoio complementar ao tratamento, são oferecidas atividades de assistência social, de proteção humana e de reinserção social das crianças e suas famílias. O projeto objetiva ainda ampliar e consolidar as iniciativas que adotem o conceito de Redes de Atenção, minimizando a superposição de esforços e racionalizando a alocação de recursos.



C.A.I.S. DO PARTO – CENTRO ATIVO DE INTEGRAÇÃO DO SER

Atuação: regiões Norte e Nordeste

Endereço: Av. José Augusto Moreira, 525, sala 10 – Casa Caiada, Olinda, PE, Cep 53130-410

Fone: (81) 432-5833/7803

Fax: (81) 432-5833

E-mail: cais@elogica.com.br

O objetivo principal da C.A.I.S. do Parto é lutar pela humanização do parto, pela regulamentação da profissão de parteira e pela criação de cursos de formação para essas profissionais, por meio da capacitação do maior número possível delas a partir dos treinamentos promovidos em diversos municípios do Norte e Nordeste. O projeto também investe na orientação das parteiras sobre organização política, para que elas criem núcleos e associações para reivindicar melhores condições de trabalho e remuneração, e estabeleçam parcerias com instituições que financiem projetos na área. A organização não trabalha apenas com parteiras tradicionais, mas também com as parteiras domiciliares (formação como enfermeira de nível médio ou superior) e com as parteiras hospitalares (em unidades de saúde

de pequeno porte ou do Sistema Único de Saúde-SUS). A partir de um trabalho em rede, já foi possível proporcionar a reciclagem de 2.400 profissionais, em mais de 93 cidades, por meio da difusão de métodos modernos de assepsia e detecção de problemas no pré e pós-parto.

CENTRO DE ARTICULAÇÃO RETOME A SUA VIDA

Atuação: Recife, PE

Endereço: Rua dos Coelhos, 317, 2º andar – Boa Vista, Recife, PE, Cep 50070-550

Fonefax: (81) 322-4529

E-mail: retome@ig.com.br

Site: www.retome.org

Com o objetivo de permitir o acesso de crianças e adolescentes às políticas públicas básicas de garantia de direitos, como saúde, educação, lazer, o Retome a sua Vida atende cerca de 6.000 meninos e meninas por meio da capacitação de educadores populares, envolvendo 84 entidades da região no trabalho. O Projeto conta com parceria do Juizado da Infância e Juventude de Recife para atendimento de 87 crianças e adolescentes em situação de conflito com a lei.

CODIPI – COMITÊ DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Atuação: Nacional

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Ministério da Justiça, Anexo II – Brasília, DF, Cep 70064-900

Fone: (61)429-3560

Fax: (61) 223-4889

E-mail: codipi@planalto.gov.br

O Comitê da Primeira Infância tem o objetivo de construir estratégias que garantam o cumprimento de todos os direitos das crianças brasileiras de zero a seis anos de idade, a fim de permitir o seu desenvolvimento integral. O Comitê não se define como um programa, mas sim como uma metodologia de trabalho cuja proposta é integrar e articular ações em favor das crianças. Sua atuação foi iniciada em 28 localidades de funcionamento do Programa Comunidade Ativa, por meio de experiência-piloto realizada de março a outubro de 2001. A partir

de 2002, com a grande receptividade dos membros dos Fóruns de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) e a importante sensibilização dos gestores, os estados passaram a criar Comitês Estaduais da Primeira Infância como forma de estimular e monitorar a formação de comitês municipais. O organismo é composto por integrantes dos Ministérios da Saúde, da Educação, da Previdência e Assistência Social, da Cultura, da Justiça, da secretaria-executiva do Programa Comunidade Solidária, da Câmara dos Deputados, do Unicef, da Unesco, do Banco Mundial, da Pastoral da Criança e da Fundação Orsa.

COORDENAÇÃO DE MEDICINA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Atuação: Distrito Federal

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte – Brasília, DF, Cep: 70910-900

Fone: (61) 307-2022

Fax: (61) 272-0003

E-mail: unb@unb.br

Assessoria de Imprensa: Rodrigo Caetano

Fone: (61) 307-2028/2246/2637

Fonofax: (61) 272-2497

E-mail: caetano@unb.br

A Universidade de Brasília (UnB) realiza diversos trabalhos na área da saúde da criança nos setores de ensino, pesquisa e extensão. As principais características são a multidisciplinaridade e a integração de diferentes campos de conhecimento.

CRAMI – CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS TRATOS NA INFÂNCIA

Atuação: Santo André, SP

Endereço: Av. Lino Jardim, 114, Vila Bastos – Santo André, SP, Cep 09041-030

Fonofax: (11) 4992-1234

E-mail: crami@zaz.com.br

Site: www.c2imagens.com.br/crami

Atende crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica

(negligência, abandono, violência física, psicológica e abuso sexual). O trabalho é realizado por equipe multidisciplinar, unindo conhecimentos de serviço social, psicologia e medicina. Outro foco de atuação está na prevenção, realizada por meio de palestras e divulgação das formas de violência doméstica em escolas, creches, hospitais e empresas. Disseminar entre o grande público informações que levem à identificação e notificação do abuso, bem como sensibilizar a comunidade para uma educação baseada no carinho, respeito e afeto, são os objetivos finais das ações preventivas. Atualmente, o Crami conta com base de dados, montada a partir dos atendimentos realizados na entidade, com a intenção de agregar informações como: o perfil do agressor, a região com maior incidência de casos, os tipos de violência praticados. Isso possibilita que a instituição realize trabalhos específicos com os grupos de risco.



DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Atuação: São Carlos, SP

Endereço: Via Washington Luís, Km 235 – Monjolinho, São Carlos, SP, Cep 13565-905

Fone: (16) 260-8373

Fax: (16) 260-8372

E-mail: dmwo@power.ufscar.br

Na área da Saúde da Criança, o projeto da entidade se destaca pela implementação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno nas unidades básicas de saúde de São Carlos, visando aumentar a prevalência da amamentação entre as mulheres do município. Isso é feito por meio de atividades educativas com gestantes atendidas nas unidades básicas de saúde do município, de orientação ambulatorial para mulheres em aleitamento e formação de agentes promotores de aleitamento materno.



FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E O ABASTECIMENTO

Atuação: Internacional

Endereço: Eixo Monumental Via S-1, Campus do INMET – Setor Sudoeste, Brasília, DF, Cep 70359-970

Fone: (61) 343-2299

Fax: (61) 343-2550

E-mail: fao-bra@fao.org

Site: www.rlc.fao.org/paises/brasil.htm

Fundada em 1945, a FAO foi constituída com o intuito de fomentar respostas concretas para diminuir a fome, a desnutrição e a pobreza no mundo, levando assistência técnica aos países em desenvolvimento. Tem como objetivo último contribuir para aprimorar a agricultura e elevar os níveis nutricionais e de vida dos povos. A FAO se articula por meio de oficinas regionais que mantêm contato permanente com as realidades vivenciadas pelos países que as integram. O Brasil faz parte da Oficina Regional para a América Latina e Caribe, cuja sede situa-se em Santiago, Chile.

FUNAC – FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MARANHÃO

Atuação: São Luis, MA

Endereço: Av. Vitorino Freire s/n – Praia da Madre de Deus, São Luís, MA, Cep 65031-410

Fone: (98) 232-6484

Fax: (98) 232-6484

E-mail: funac@funac.ma.gov.br/funac.ma@elo.com.br

Site: www.funac.ma.gov.br

A Funac desenvolve diversos projetos que têm como alvo a proteção da saúde e o desenvolvimento integral da criança e das famílias. Exemplo é o Projeto Cuidar, apoiado pelo Unicef, cujo foco está na prevenção, evitando que crianças negras sejam expostas à violência, em quaisquer circunstâncias, e possam crescer e se desenvolver de forma sadia. O projeto busca ainda fortalecer a cidadania entre as

famílias, fomentando na comunidade práticas de cuidados com as mães e crianças de 0 a 6 anos. O objetivo primeiro é promover entre a população local e as lideranças comunitárias o reconhecimento de que a melhora das condições de vida da mulher e da criança traz benefícios para toda a comunidade. O Projeto Cuidar, no período de janeiro a novembro de 2001, atendeu 161 crianças de 0 a 6 anos e 102 mulheres, mães de um universo de 250 famílias das comunidades negras.

FUNDAÇÃO ANTONIO PRUDENTE – CENTRO DE TRATAMENTO E PESQUISA DO HOSPITAL DO CÂNCER A.C. CAMARGO

Atuação: Nacional

Endereço: Rua Professor Antonio Prudente, 211 – Liberdade, São Paulo, SP Cep 01509-010

Fone: (11) 3272-5000

Fax: (11) 3272-5088

E-mail: cbponc@sti.com.br

Site: www.hcancer.org.br

Pioneiro na implantação da pediatria oncológica no Brasil, o Hospital do Câncer A.C. Camargo alcança hoje 70% de cura em crianças com tumores malignos ou leucemias, sucesso obtido graças à aposta em tratamento multidisciplinar. A equipe da pediatria, que conta com UTI-Pediátrica desde 1997, é composta de médicos com residência em pediatria e terapia intensiva pediátrica. O hospital conta ainda com serviço de assistência nutricional voltado especificamente às crianças internadas e de ambulatório. O objetivo é oferecer suporte nutricional adequado, visando amenizar os efeitos do tratamento. Por meio de reuniões periódicas denominadas de "Grupo de Pais", busca-se auxiliar os familiares de pacientes com câncer, dando esclarecimentos sobre todas as questões que envolvem a doença.

FUNDAÇÃO ORSA

Atuação: Nacional

Endereço: Av. Dep. Emílio Carlos, 821 – Carapicuíba, SP, Cep 06310-160

Fone: (11) 4181-2232

E-mail: gsouza@fundacaoorsa.org.br

Site: www.fundacaoorsa.org.br

A Fundação Orsa tem por objetivo ajudar crianças e jovens em situação de risco pessoal e social, auxiliando-as a ocupar seu lugar na sociedade como cidadãos íntegros. Atua de forma direta, dando apoio financeiro a técnicos e entidades do Terceiro Setor, e também na formação de profissionais e especialistas. Busca incentivar, por meio de seus projetos, como o Formação, a inserção social de crianças em situação de risco e o seu desenvolvimento físico, emocional e psíquico com atividades educativas, esportivas e artísticas.



GRUPO VIVA RACHID

Atuação: Recife, PE

Endereço: Rua dos Prazeres 258 – Boa Vista, Recife, PE, Cep

500.070-570

Fone: (81) 3221-6206

E-mail: grupovivarachid@ig.com.br

Projeto de apoio a crianças portadoras do vírus da Aids. Proporciona às crianças soropositivas assistência psicológica, médica e pedagógica, além de um ambiente alegre e seguro. No Grupo Viva Rachid, crianças portadoras do vírus recebem alimentação balanceada, medicação, acompanhamento psicológico e pedagógico. Como forma de entretenimento, o grupo realiza leitura de histórias infantis e distribuição de material de pintura para as crianças. As famílias de crianças soropositivas também são atendidas e recebem orientação.



IBFAN BRASIL – REDE INTERNACIONAL PELO DIREITO DE AMAMENTAR

Atuação: Internacional

Endereço: C. Postal 34 – Paraguaçu Paulista, SP, Cep 19700-970

Fonefax: (11) 3361-6637

E-mail: coordenacao@ibfan.org.br

Site: www.ibfan.org

A Ibfan, uma rede que une pessoas interessadas em trabalhar pela saúde infantil, está presente em mais de 70 países. Seus objetivos específicos são os de coordenar os esforços de proteção ao aleitamento materno, compartilhar informações sobre o assunto e aumentar a consciência mundial no que diz respeito à importância da amamentação e aos perigos potenciais da alimentação artificial na infância. A Ibfan atua também na sensibilização das autoridades internacionais (especialmente OMS e Unicef) e nacionais quanto à implementação do Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno e das Resoluções ligadas ao dispositivo. No Brasil, a rede tem uma coordenação nacional sediada em São Paulo e coordenações locais em 28 cidades do País. As coordenações locais são compostas por profissionais ligados a organizações não-governamentais de defesa da cidadania, a grupos de incentivo da amamentação e a serviços de saúde.

INSTITUTO AYRTON SENNA

Atuação: Nacional

Endereço: Rua Olavo Egídio, 287, 16º andar – São Paulo, SP, Cep 02037-000

Fone: (11) 6974-3000

Fax: (11) 6950-8007

E-mail: ias@ias.org.br

Site: www.senna.org.br

Assessoria de imprensa: Mariângela Devienne

E-mail: comunicacao@ias.org.br

O Instituto Ayrton Senna é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, com sede em São Paulo, e ações de abrangência nacional. Sua missão é contribuir para a criação de condições e oportunidades para que todas as crianças e adolescentes possam desenvolver plenamente o seu potencial como pessoas e cidadãos. Um de seus programas voltados para a área da saúde da criança é o Brinquedotecas Terapêuticas, que funciona junto a hospitais de oncologia infanto-juvenil. Ele tem como objetivo central, por meio da terapia do lúdico, amenizar o sofrimento de crianças e

adolescentes com enfermidades, tornando-os mais receptivos aos tratamentos e compreensivos às transformações corporais por que passam, favorecendo a melhoria da qualidade de vida durante e após o tratamento.

**INSTITUTO DA CRIANÇA DO HOSPITAL
DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Atuação: São Paulo, SP

Endereço: Av. Dr. Eneas Carvalho de Aguiar, 647 – São Paulo, SP, Cep 05403-900

Fone: (11) 3069-8582

Fax: (11) 3069-8503

Site: www.icr.hcnet.usp.br

Assessoria de imprensa: Cláudia Gouveia

Fone: (11) 3069-8507

O Instituto da Criança desenvolve atividades que integram os seguintes centros: a área de pediatria do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP), o Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da USP, o berçário e a maternidade do Instituto Central do Hospital das Clínicas da USP, bem como diversas creches e escolas localizadas no bairro do Butantã. As atividades são sempre articuladas e regidas pela filosofia da atenção integral ao recém-nascido, criança e adolescente. Com o objetivo de humanizar o atendimento médico oferecido, foram implementados quatro projetos que estimulam os sentidos e a criatividade das crianças.

IPHEM – INSTITUTO DE PESQUISAS HELOISA MARINHO

Atuação: Nacional

Endereço: Rua Ministro Octávio Kelly, 453 – Icarai, Niterói, RJ, Cep 24220-300

Fone: (21) 2714 4584

Fax: (21) 2710 2416

E-mail: milanez@antares.com.br

Site: www.iphem.com.br

O Iphem, organização civil sem fins lucrativos, foi fundado em 1984 pela pesquisadora brasileira Heloisa Marinho (1904-1994)

visando a promoção do desenvolvimento humano, em geral, e da criança e do adolescente, em particular. Para tanto, tem como objetivo a realização de pesquisas, projetos e programas nas áreas de saúde, educação e ciências sociais, produzindo metodologia de avaliação e acompanhamento do desenvolvimento infantil nessas áreas. Entre as instituições com as quais o Iphem já estabeleceu cooperação técnica e realizou consultorias e cursos, na área da saúde infantil e do desenvolvimento da criança, destacam-se: Unicef (vários projetos, incluindo crianças vítimas de guerra na África, de 1986 a 1992), Unesco (cursos), Ministérios da Saúde e da Educação de Moçambique, Ministério da Educação de Angola (Educação Especial); Ministério da Saúde do Brasil e diversas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e Educação.



**LABORATÓRIOS INTEGRADOS DE PSIQUIATRIA INFANTIL
E SAÚDE MENTAL – PROJETO PSIQUIATRIA SEM
PAREDES DA UFF**

Atuação: Nacional

Endereço: Avenida Jansen de Mello, 174 – Centro, Niterói, RJ

Fonefax: (21) 2622-4530

E-mail: jwerne3@attglobal.net

Site: www.iphem.com.br

Esse projeto do Departamento Materno Infantil da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (UFF), além de atendimento em saúde mental (prevenção, avaliação, orientação e tratamento), desenvolve atividades de grupo com crianças que apresentem dificuldades emocionais, de comportamento e de aprendizagem. Realiza ainda trabalhos em creches, com foco em ações básicas de saúde, de desenvolvimento integral da criança e de prevenção do uso de drogas e da violência.

LACRI – LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA CRIANÇA

Atuação: Nacional e Internacional

Endereço: Av. Prof. Mello Morais, 1721 – Cidade Universitária, São Paulo, SP, Cep 05508-900

Fone: (11) 3091-4383

Fax: (11) 3091-4475

E-mail: lacri@sti.com.br

Site: www.usp.br/ip/laboratorios/lacri

O Lacri oferece anualmente o Telecurso de Especialização na área da Violência Doméstica contra crianças e adolescentes. Informações completas sobre o projeto podem ser obtidas no site do Lacri, no link para o Programa Anual de Capacitação Profissional. Desenvolve também o Programa Plurianual de Pesquisa, que produz estudos sobre o tema, também disponíveis no site da entidade.



NÚCLEO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DA SOCIEDADE DE PEDIATRIA DE SÃO PAULO

Atuação: São Paulo, SP

Endereço: Alameda Santos, 211, conj. 501, 502, 511 e 512 – Cerqueira César, São Paulo, SP, Cep 01419-000

Fone: (11) 3284-9809/0308

E-mail: pediatria@spsp.org.br

Site: www.sbsp.org.br

Assessoria de Imprensa: Luiz Laerte Fontes

E-mail: llfontes@terra.com.br

O núcleo é formado por grupo multiprofissional que pretende elaborar protocolos para uniformizar o tratamento de casos de violência contra crianças e adolescentes, buscando a homogeneidade da linguagem utilizada e da orientação no encaminhamento a tratamentos especializados. O grupo conta com vários profissionais de diferentes áreas, tentando unificar, em São Paulo, a assistência em casos de violência infantil,

prestando consultoria a diversos hospitais. São cerca de trinta profissionais entre pediatras, ginecologistas, psicólogos, assistentes sociais e jornalistas.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISA DA EDUCAÇÃO DE 0 a 6 ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Atuação: Florianópolis, SC

Endereço: Campus Universitário, s/n – Trindade, Florianópolis, SC, Cep 88040-900

Fone: (48) 331-8918

Fax: (48) 331-9432

E-mail: neeo6@ced.ufsc.br

Site: http://www.ced.ufsc.br/~neeo6

O núcleo congrega amplo grupo de alunos de graduação, mestrado e doutorado, professores e pesquisadores, todos dedicados ao estudo do desenvolvimento infantil. O grupo atua junto à creche universitária para ações de pesquisa e extensão. Mantém um banco de dados da produção brasileira sobre educação infantil.



OAK EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE LTDA

Atuação: Nacional

Endereço: Av. São Gabriel, 18 – Itaim Bibi, São Paulo, SP, Cep 01435-000

Fone: (11) 3884-7444

Fax: (11) 3884-7772

E-mail: oak@oak.bio.br

Site: www.oak.bio.br

A OAK Educação e Meio Ambiente é uma empresa fundada em 1998 por um grupo de profissionais oriundos da Universidade de São Paulo que desenvolve vários produtos voltados especificamente para a criança, muitos deles contemplando a saúde e o desenvolvimento integral. A atuação da empresa é focada no desenvolvimento de projetos e materiais em educação e meio

ambiente, dentro de quatro áreas prioritárias: biodiversidade, microbiologia, biotecnologia e engenharia ambiental.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE
OPAS - ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE

Atuação: Internacional

Endereço: Setor de Embaixadas Norte, lote 19 – Brasília, DF,

Cep 70800-4000

Fone: (61) 426-9595

Fax: (61) 426-9591

Site: www.opas.org.br

Assessoria de Imprensa: Carlos Wilson

E-mail: carlosw@bra.ops-oms.org

A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional com quase um século de experiência, dedicado a melhorar as condições de saúde dos países das Américas. Ela também atua como escritório regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para as Américas e faz parte dos sistemas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU). A OPAS estabeleceu a meta de salvar 25.000 vidas de crianças por ano, mediante a mobilização dos necessários recursos políticos, institucionais e financeiros para programas de prevenção e tratamento. A erradicação do sarampo também é uma meta da OPAS, mediante um rigoroso calendário de vacinação, tendo por alvo as crianças de nove meses a 14 anos de idade.



PASTORAL DA CRIANÇA

Atuação: Nacional

Endereço: Rua Jacarezinho, 1691 – Bairro Mercês, Curitiba, PR,

Cep 80810-900

Fone: (41) 336-0655

Fax: (41) 336-9940

E-mail: comunic@rebidia.org.br

Site: www.pastoraldacrianca.org.br

Com o status de uma das mais importantes organizações comunitárias em todo mundo, a Pastoral conta com ações centradas nas áreas de saúde, nutrição e educação da criança, desde o ventre materno até os seis anos de vida, e de prevenção da violência no ambiente familiar. O envolvimento direto das famílias e da comunidade, que instiga a formação de redes de solidariedade humana para multiplicar conhecimentos e saber, é apontado como o ponto forte da Pastoral. A iniciativa está presente em todas as regiões brasileiras desde setembro de 1983, quando iniciou suas atividades no município de Florestópolis, no Paraná, desenvolvendo uma metodologia própria que tem como foco o cuidado com a criança em seu contexto familiar e comunitário. Buscando orientar constantemente as famílias, a Pastoral da Criança produz o programa de rádio semanal “Viva a Vida”. Transmitido gratuitamente por 1.343 emissoras do País inteiro, veicula temas como saúde, nutrição, educação, direitos, organização comunitária e outros de interesse desse público, muitos deles voltados especificamente para a saúde da criança.

PROGRAMA INTERNACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL /OIT

Atuação: Internacional

Endereço: Setor de Embaixadas Norte, lote 35 – Brasília, DF,

Cep 70800-400

Fone: (61) 426-0100

Fax: (61) 322-4352

E-mail: brasilia@oitbrasil.org.br

Site: www.oit.org/brasilia

Assessoria de Imprensa: Neri Accioly

E-mail: iagencia@interagencia.com.br

O Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC, ligado à Organização Internacional do Trabalho – OIT, foi criado em 1992 e desde então desenvolve ações no Brasil. Atua em mais de 70 países com o intuito de prestar serviços de assistência técnica para ação no campo do trabalho infantil e para a implementação das Convenções da OIT que tratam sobre o tema (138 e 182). O objetivo do Programa é contribuir para a efetiva abolição do trabalho infantil e para tal estabelece parcerias

com os governos federal, estadual e municipal, associações de empregadores, empregados e organizações não-governamentais para o desenho de modelos de intervenção, elaboração de estudos, campanhas, entre outros, com vistas a subsidiar a construção de um Plano Nacional de Combate ao trabalho infantil.

PROGRAMA MÃE CURITIBANA – SECRETARIA DE SAÚDE DE CURITIBA (PR)

Atuação: Curitiba, PR

Endereço: Av. Sete de Setembro, 3497 – Curitiba, PR, Cep 80230-010

Fone: (41) 322-4222

Fax: (41) 225-7813

E-mail: sms@smscuritiba.pr.gov.br

Site: www.curitiba.pr.br

Assessoria de Imprensa: Fabiano Braga Cortes

Fonofax: (41) 254 6036

O Programa Mãe Curitibana surgiu em 1999 para melhorar o acesso e a qualidade do atendimento às gestantes, bem como a atenção dispensada aos bebês nas unidades de saúde e nas maternidades da cidade. As atividades estão centradas em consultas e exames pré-natais; fornecimento de vacinas, medicamentos e leite para complementar a alimentação; consultas após o nascimento e acompanhamento domiciliar de agentes de saúde.

PROGRAMA REZAS E SORO – SECRETARIA DE SAÚDE DE MARANGUAPE (CE)

Atuação: Maranguape, CE

Endereço: Rua Mundica Paula, s/n – Centro, Maranguape, CE, Cep 61940-000

Fone: (85) 369-9129/9134

Fax: (85) 341-9031

E-mail: l2001eoval@aol.com

O principal objetivo do projeto Rezas e Soro é reduzir a mortalidade infantil causada por diarreia na região. Parceria entre o saber científico e a reza no combate à mortalidade infantil, permite que profissionais da área de saúde e rezadores troquem experiências para salvar vidas. Os rezadores recebem orientações básicas na

área nutricional e *kit* de terapia de reidratação oral, constituído de filtro, jarra, copos, colher-medida de soro caseiro e sais reidratantes. A fácil e respeitada circulação dos rezadores entre as famílias da comunidade promove o alto e positivo impacto do projeto, oferecido, sobretudo, a crianças menores de um ano.



SOCIEDADE VIVA CAZUZA

Atuação: Rio de Janeiro, RJ

Endereço: Rua Pinheiro Machado 39 – Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ, Cep 22231-090

Fone: (21) 2551-5368

Fax: (21) 2553-0444

E-mail: vivacazuza@vivacazuza.org.br

Site: www.vivacazuza.org.br/index.asp

Com uma equipe de funcionários e voluntários, formada por especialistas em HIV/Aids, psiquiatras, neurologistas, otorrinos, dermatologistas, oftalmologistas, psicoterapeutas, educadores, pedagogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, dentistas, assistentes sociais, nutricionista, supervisores, auxiliares de enfermagem, babás, entre outros, a Sociedade Viva Cazuzza firmou-se como entidade-referência em Aids pediátrica no Brasil. Toda a equipe passa por um treinamento especial e humanizado, com o objetivo de minimizar o preconceito em relação ao HIV positivo. No site da entidade, estão disponíveis os resumos de coberturas de congressos, publicações, notas técnicas e revisões científicas sobre o assunto, além da seção *Pergunte ao especialista*, que conta com médicos capacitados para esclarecer dúvidas daqueles que convivem com o vírus HIV e a Aids. O site conta ainda com fórum de discussões virtuais.

SORRI – BRASIL

Atuação: São Paulo

Endereço: Rua Benito Juarez, 70 – Vila Mariana, São Paulo, SP, Cep 04018-060

Fone: (11) 5082-3502

E-mail: sorribrasil@sorri.com.br

Site: <http://www.sorri.com.br>

Apoiado pelo Unicef, com recursos do programa Criança Esperança, o trabalho da Sorri-Brasil visa a inclusão social de crianças com deficiências. A sensibilização de toda a comunidade atendida tem ênfase no diálogo com a família. O trabalho influenciou a Prefeitura de São Paulo a determinar a reserva de 5% das vagas das creches municipais para esses meninos e meninas. Isso vem possibilitando a mudança positiva dessas instituições, que, muito comumente, são meros depósitos de crianças. Entre os vários exemplos, tem-se a creche Antônio Correia, situada entre duas favelas no bairro da Freguesia do Ó, em São Paulo. Com refeições balanceadas, os mais de 170 meninos e meninas atendidos brincam em local amplo e limpo, com brinquedos de qualidade.



UFPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Atuação: Pará

Endereço: Campus Universitário do Guamá, Rua Augusto Corrêa, 01 – Belém, PA, Cep 66075-110

Fone: (91) 211-2121/211-1577

Site: www.ufpa.br

A Universidade Federal do Pará é a maior do Norte do Brasil. Conta com dois hospitais e desenvolve trabalhos ligados à saúde da infância em vários departamentos. Alguns dos projetos:

Departamento de Assistência Materno Infantil I – Desenvolve projeto de extensão que oferece assistência médica na área de ginecologia infanto-juvenil (atende pacientes de zero a 17 anos), realizado na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará.

Pé Torto Congênito – O ambulatório de ortopedia pediátrica do Hospital Bettina Ferro atende em média 100 crianças/mês, todas portadoras de diversas patologias ortopédicas e com seqüelas de patologias neurológicas. O grupo de Pé Torto Congênito trabalha

há sete anos com protocolos de exames e cirurgia, em conjunto com o Hospital Infantil Santa Terezinha.

Proame – Programa de Apoio e Incentivo ao Aleitamento Materno Exclusivo – O Hospital Bettina Ferro desenvolve esse programa para acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças com até um ano de vida. O público-alvo são mães e bebês que vivem nas áreas próximas ao campus da UFPA, como o bairro do Guamá, um dos mais pobres da capital paraense.

Programa de Assistência aos Portadores de Fibrose Cística – O Ambulatório 1º Oeste atende crianças portadoras de fibrose cística (doença genética, incurável, que ataca severa e progressivamente os pulmões), oferecendo consultas, internação, apoio psicossocial e distribuição de medicamentos assegurados com recursos do Ministério da Saúde.

UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Atuação: Recife, PE

Endereço: Pró-Reitoria de Extensão, Centro de Ciências da Saúde Av. Professor Moraes Rego, s/n – Cidade Universitária, Recife, PE, Cep 50670-901

Fone: (81) 3271-8635

Fax: (81) 3271-8132

Fone: (81) 3271-9024 / 3271-8025

E-mail: ascom@npd.ufpe.br

Entre os vários projetos realizados pela área de saúde da criança da Universidade Federal de Pernambuco, três se destacam:

Ami–Aleitamento Materno Integrado – Atende mulheres do bairro de Brasilit, no Recife, orientando mães e gestantes sobre a importância e as vantagens do aleitamento materno.

Programa de Atenção Odontológica Precoce para Crianças de Zero a 12 Meses e Promoção da Saúde Oral para Crianças de Três a 12 Anos – Presta atendimento odontológico a crianças de comunidades em situação de risco social em Pernambuco. Além do teor curativo, a iniciativa tem forte foco em ações preventivas, por meio da orientação dos pais ou responsáveis para cuidados com a saúde bucal das crianças.

Tratamento e Controle da Anemia da Infância – Leva às creches orientações para pais, responsáveis e tutores sobre o problema da

anemia. As crianças são atendidas, diagnosticadas e tratadas de acordo com suas necessidades individuais.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

Atuação: Internacional

Endereço: SEPN 510, Bloco A, Ed. INAN, 2º andar – Brasília, DF, Cep 70750-521

Fone: (61) 3035-1900

Fax: (61) 349-0606

E-mail: brasil@unicef.org

Site: www.unicef.org.br

Assessoria de Imprensa: Rachel Mello

E-mail: rmello@unicef.org

O objetivo maior do Unicef é garantir os direitos das crianças e adolescentes, como previsto na Convenção dos Direitos da Criança. Para tanto, trabalha em parceria com os governos municipais, estaduais e federal, com outras agências do sistema ONU, com a sociedade civil e com o setor privado para realizar projetos e apoiar políticas públicas que defendam e promovam esses direitos infanto-juvenis, implementando e inspirando políticas públicas. O foco das ações está no apoio de projetos, desenvolvidos por organizações não-governamentais ou governamentais, que ofereçam soluções locais aos problemas vivenciados pelas comunidades. Atualmente, a proposta de trabalho do Unicef é organizada segundo as três principais fases do ciclo da infância e adolescência, tendo sido criado, para cada fase, um programa de garantia do desenvolvimento integral da criança e do adolescente. O programa de Desenvolvimento Infantil visa crianças de até 6 anos e tem como metas principais: a redução da mortalidade materna e infantil, o acesso ao pré-natal e ao parto de qualidade, o aleitamento materno, o registro civil gratuito, o acesso aos cuidados essenciais e o fortalecimento das competências familiares, comunitárias e governamentais para o desenvolvimento integral adequado.

ESPECIALISTAS



ANTÔNIO CARLOS CARVALHO

Área de atuação: Cardiologista pediatra, especialista em casos de insuficiência cardíaca e cardiopatias congênitas. Atende crianças na Universidade Federal de São Paulo-Unifesp. É professor titular de cardiologia na Unesp e na própria Unifesp.

Formação: Formado em medicina em 1972, na Universidade Estadual de São Paulo-Unesp, em Botucatu. Especialização em cardiologia pela Universidade da Califórnia, EUA.

Fone: (11) 5573-3009 e 9973-6310

E-mail: carvalho.dmed@hotmail.com

ANTÔNIO SÉRGIO PETRILLI

Área de atuação: oncologia pediátrica

Formação: Graduação em medicina pela Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, com especialização em pediatria, cancerologia e oncologia pediátrica.

Trabalhos acadêmicos

Tumores ósseos malignos em crianças e adolescentes. Revista Diagnóstico e Tratamento vol 5 (3) - 2000 (com Caran, EM).

Terapia nutricional em oncologia pediátrica. Revista Pediatria Moderna vol 37(9) - 2001 (com Garofolo, A e Lopez, FA)

Fone: (11) 5080-8475/3845-7930

Fax: (11) 5080-8480

E-mail: iopepm@dialdata.com.br

Site: www.graacc.org.br

ARY LOPES CARDOSO

Área de atuação: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo-USP. nas áreas de nutrição e metabolismo. É presidente do departamento de nutrição da Sociedade de Pediatria de São Paulo e professor de pós-graduação na USP. Atua em diversas áreas da nutrição infantil: crianças obesas, transplantadas

(principalmente de fígado), com câncer e com problemas neurológicos (o que acarreta dificuldades para a alimentação).

Formação: Formado em medicina, concluiu mestrado com tese sobre metabolismo e doutorado com dissertação sobre desnutrição e diarreia aguda em crianças.

Fone: (11) 4617-3767/3768

E-mail: arylc@netpoint.com.br



BEATRIZ DE CAMARGO

Área de atuação: Oncologista pediátrica, é chefe do departamento de pediatria do Hospital do Câncer da Fundação Antônio Prudente, em São Paulo, coordenadora do grupo brasileiro que estuda o Tumor de Wilms (tumor renal com grande incidência em crianças), e presidente continental da América Latina da Sociedade Internacional de Oncologia Pediátrica.

Formação: Doutora em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo-USP.

Fone: (11) 3272-5000 R1027/3272-5166

E-mail: cbponc@sti.com.br



CECÍLIA MARIA LIMA DA COSTA

Área de atuação: Médica titular do departamento de pediatria do Hospital do Câncer da Fundação Antônio Prudente, em São Paulo, e membro do Comitê do Protocolo Brasileiro de Sarcoma de Ewing (tumor ósseo que afeta principalmente crianças e adolescentes de 10 a 18 anos).

Formação: Mestre em ciência pela Fundação Antonio Prudente, em São Paulo, com formação em oncologia pediátrica.

Fone: (11) 3272-5000 / 3272-5166

E-mail: cbponc@sti.com.br

CÉLIA BEATRIZ GIANOTTI ANTONELI

Área de atuação: É médica titular do departamento de pediatria do Hospital do Câncer, em São Paulo.

Formação: Oncologista Pediátrica

Assessoria de Imprensa do Hospital do Câncer – (11) 3097-9626



DENISE MARIA MACIEL LEÃO

Área de atuação: Psicóloga, coordenadora da área de intervenção do Comitê da Primeira Infância no qual elabora metodologias de intervenção em favor da criança.

Formação: É psicóloga e mestre em educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Fone: (61) 411-4901/4753

Fax: (61) 226-1615

E-mail: deniseleao@planalto.gov.br/denise@unb.br

DIVA DE LOURDES AZEVEDO FERNANDES

Área de atuação: Especialista em aleitamento materno. Membro da Comissão de Identificação e Prevenção da Secretaria de Saúde do Ceará. Integrante da Comissão de maus-tratos do Hospital Infantil Albert Sabin, no Ceará. Monitora do programa Atenção Integral às Doenças Prevalentes da Infância-AIDPI.

Formação: Pediatra formada pela Faculdade de Medicina de Campina Grande, na Paraíba. Residência em pediatria no Hospital Albert Sabin, em 1979, onde trabalha desde então.

Fone: (85) 9985-1499/224-2463

E-mail: diva@saude.ce.gov.br



ELISABETTA RECINE

Área de atuação: Promoção da alimentação e hábitos alimentares saudáveis e capacitação de profissionais da atenção básica em

alimentação e nutrição. É supervisora técnica da coordenação geral da política de alimentação e nutrição do Ministério da Saúde e professora adjunta da Universidade de Brasília.

Formação: Nutricionista e doutora em saúde pública.

Fone: (61) 448-8231/307-2508

Fax: (61) 448-8228

E-mail: recine@saude.gov.br

ELIZABETH ENGERT MILWARD LEITÃO

Área de atuação: É assessora junto à Secretaria Nacional de Políticas da Saúde (Ministério da Saúde), atuando no Comitê da Primeira Infância, no qual desenvolve metodologias para a integração de programas, ações e políticas direcionadas às crianças de até seis anos de idade.

Formação: É psicóloga e mestre em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFGM. Nos últimos dez anos, tem se dedicado à área de Pesquisa Social Aplicada a Políticas Sociais.

Trabalhos acadêmicos: *Programa Bolsa-Escola de Belo Horizonte: Transferência de renda, proteção social e construção de direitos*, in *Cultura Vozes - N. 2, Ano 96, vol. 96, Março-Abril 2002, p. 29-38.*

Fone: (61) 429-3560

Fax: (61) 223-4889

E-mail: bethleitao@ig.com.br/ elizabeth.leitao@mj.gov.br

ELZA GUILIANE

Área de atuação: É presidente do departamento de aleitamento materno da Sociedade Brasileira de Pediatria-SBP e consultora internacional sobre lactação, com várias publicações na área. Leciona e realiza pesquisas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS.

Formação: Formada em medicina, em 1976, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com mestrado e doutorado no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo. Possui, ainda, pós-doutorado na Inglaterra e nos EUA.

Fone: (51) 33336-0282/9986-5377

Fax: (51) 3316-5119

E-Mail: elzag@vortex.ufrgs.br

EUGÊNIA AUGUSTA GONZAGA FÁVERO

Área de atuação: Defesa de direitos de crianças e adolescentes, com ações específicas na área das pessoas portadoras de deficiência. É professora da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo e membro do Instituto de Estudos sobre Direito e Cidadania. É também Procuradora da República em São Paulo.

Formação: Bacharel pela Faculdade de Direito de São João da Boa Vista, em São Paulo.

Fonefax: (11) 3269 5004

E-mail: eugeniagabinete@prsp.mpf.gov.br

Site: www.prsp.mpf.gov.br



FÁTIMA DINIS RIGATO

Área de atuação: Coordenadora administrativa do Projeto Quixote desde agosto de 1997, atua diretamente na área de pediatria da entidade. É supervisora da unidade municipal de atendimento à farmacodependência da Unidade Jabaquara desde março de 2000 e supervisora de equipes de técnicos e funcionários da Febem desde agosto de 2000

Formação: Graduação em medicina pela Universidade Federal de São Paulo-Unifesp, com residência médica em pediatria e especialização em oncopediatria, farmacodependência e alcoolismo. Concluiu mestrado em psiquiatria na Unifesp.

Fone: (11) 5572-8433 e 5904-3524

E-mail: quixote@psiquiatria.epm.br

FLAVIO LUIZ SCHIECK VALENTE

Área de atuação: Desenvolve trabalhos com ênfase na prevenção e reabilitação da desnutrição infantil. Foi assessor técnico da presidência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e coordenador do programa Criança contra a Fome e pela Vida. Em 2001, foi consultor do Unicef em programas de redução da desnutrição e mortalidade infantil junto ao governo de Alagoas.

Formação: Médico graduado pela Universidade de São Paulo em

1972 e mestre em saúde pública e nutrição pela Harvard School of Public Health.

Trabalhos acadêmicos: *Fome e Desnutrição-Determinantes Sociais*. Cortez Editora, São Paulo, 1986.

Do combate à Fome à Segurança Alimentar e Nutricional: o Direito à Alimentação Adequada. R. Nutr. PUCCAMP, Campinas. 10 (1): 20-36, jan.jun, 1997

Alimentação e Nutrição Adequada - Direito Humano de Todos. Cortez Editora, São Paulo, 2002.

Fone: (61) 272-8294 / 9978-9822

E-mail: flvalente@tecnolink.com.br

FRANCISCA OLIVEIRA ANDRADE

Área de atuação: Coordenadora do Programa de Redução da Mortalidade Infantil no Ceará (1987-1991). Durante esse período, implantou programa de capacitação em saúde da criança para profissionais da rede pública de saúde. Foi consultora do Unicef para área de saúde da criança e presidente da Febem no Ceará. Implantou um grande programa de creches comunitárias no estado. Foi vice-presidente da Sociedade Cearense de Pediatria e sub-secretária de saúde do Ceará.

Formação: Médica, com residência e especialização em pediatria e mestrado em saúde pública.

Fone: (85) 272-3205/ 488-2212

Fax: (85) 227-6666/ 488-2211

E-mail: tatiandrade@fortalnet.com.br



JAIRO WERNER

Área de atuação: Especialista em saúde mental e desenvolvimento infantil, é médico-professor adjunto de neuropsiquiatria infantil do departamento materno-infantil da Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro, e professor de Educação Especial da Universidade do Estado do

Rio de Janeiro (UERJ). Realiza pesquisas em desenvolvimento e aprendizagem da criança, álcool e outras drogas. Organizou e implantou, na UFF, a primeira disciplina de desenvolvimento infantil no currículo de medicina da faculdade.

Formação: Graduação em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense-UFF, no Rio de Janeiro. Doutorado em ciências médicas e saúde mental, pela Universidade Estadual de Campinas-Unicamp e mestrado em educação (trabalho sobre fracasso escolar nas camadas populares e o processo de medicalização dos problemas de escolaridade e comportamento).

Trabalhos acadêmicos:

Desenvolvimento da Criança - do biológico ao cultural. in: Novos Olhares sobre a Gestação e a Criança até os 3 anos. L.G. Editora Ltda. Brasília, 2002.

Interação Corpo-Mente no Neonato de Risco. Psicomotricidade Clínica. 01. Ed. Rio De Janeiro, 2001.

Fone: (21) 9971-5795/2711-2861/2719-2416

Fax: (21) 2710-2416

E-Mail: jwerne3@attglobal.net



LUIZ FERNANDO LOPES

Área de atuação: É oncologista pediátrico, médico titular do departamento de pediatria Hospital do Câncer A.C. Camargo, de São Paulo, membro do Comitê do Protocolo Brasileiro de Leucemia, coordenador do Grupo de Mielodisplasia (pré-leucemia nas crianças) e coordenador do Protocolo Brasileiro de Tumor de Células Germinativa.

Formação: Doutor em Medicina pela Universidade Estadual de Campinas-Unicamp.

Fone: (11) 3272-5000 R1027/3272-5166

E-Mail: cbponc@sti.com.br



MARIA JOSÉ MEDEIROS

Área de atuação: Consultora do Unicef para programas de redução de mortalidade infantil de 1985 a 1987. Oficial de projetos de saúde do Unicef desde 1987. Coordenadora de escritório do Unicef em São Luis, MA. Instrutora de curso de gestores de maternidade na iniciativa do Hospital Amigo da Criança e avaliadora/coordenadora credenciada pelo Ministério da Saúde da Área da Saúde Criança.

Formação: Médica, especialista em saúde pública, com formação na USP. Obteve ainda especialização em saúde materno-infantil pela Universidade Federal do Chile e em perionatologia, pelo Centro Latino-Americano de Perionatologia, em Montevideú, Uruguai.

Assessoria de imprensa: Gisele Medeiros

Fone: (98) 231-8590

Fax: (98) 231-8590

E-mail: mjmedeiros@unicef.org/gdias@unicef.org

MAURO FISBERG

Área de atuação: Com ampla experiência na área de nutrição infantil, coordenou a área de monitoria pediátrica da Universidade Federal de São Paulo-Unifesp, bem como a pós-graduação interinstitucional em pediatria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e da Unifesp. Dirige ainda o Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde e Nutrição da Universidade São Marcos, em São Paulo. Secretário Geral eleito da Sociedad Latino Americana de Investigación Pediátrica-SLAIP até 2002, é coordenador nacional do Projeto de Avaliação do Estado Nutricional e Anemia em Pré-escolares e do Grupo de Estudos em Nutrição e Atividade Física-Genaf.

Formação: Graduado em medicina pela Escola Paulista de Medicina (hoje Unifesp) em 1976, onde concluiu residência médica em pediatria em 1978.

Fone: (11) 5575-3875/5574-8697

Fax: (11) 5575-3875 /5574-8697

E-mail: fisberg@uol.com.br

Site: www.nutrociencia.com.br



PATRÍCIA IMPERATRIZ PORTO RONDINELLI

Área de atuação: É médica titular do departamento de pediatria do Hospital do Câncer A.C. Camargo, de São Paulo, coordenadora do Grupo Neuro-Oncologia Infantil e membro do Comitê do Protocolo Brasileiro de Osteossarcoma (também chamado de sarcoma osteogênico), tipo de tumor ósseo que atinge, principalmente, a população infanto-juvenil.

Formação: Oncologia Pediátrica.

Fone: (11) 3272-5000 R1027/3272-5166

E-mail: cbponc@sti.com.br



REJANE SANTANA

Área de atuação: Consultora em aleitamento materno para o Ministério da Saúde. Coordena a área de aleitamento materno no Ceará. Presidente do departamento científico de aleitamento materno da Sociedade Cearense de Pediatria-Socep. Assessora o *Projeto Carteiro Amigo*. Trabalha na capacitação de profissionais de saúde para que os hospitais do estado estejam estruturados, na parte física e humana, para receber o título de Hospital de Amigo da Criança. Coordenadora do Banco de Leite Humano do Hospital César Cales.

Formação: Pediatra formada pela Universidade Federal do Ceará em 1985, com especialização em aleitamento materno.

Fone: (85) 488-2085/2626 e 244-6725

Fax: (85) 426-0338

E-mail: rejane@saude.ce.gov.br

REINALDO MARTINS

Área de atuação: É assessor do Comitê de Imunização do Ministério da Saúde, coordenando estudos em sua principal área de atuação – vacinação –, com ações focadas nas áreas de reidratação oral, soro caseiro e aleitamento materno, em parceria com o Unicef e o Ministério da Saúde. Participante da diretoria da Sociedade Brasileira de Pediatria e do Conselho Acadêmico da entidade.

Formação: Pediatra.

Fone: (21) 2493-7213

Fax: (21) 2493-7213

E-mail: reinaldomm@ig.com.br

RENATA WAKSMAN

Área de atuação: Atua na área de acidentes, especificamente na prevenção e causas externas da violência na infância e na adolescência. É membro do Núcleo de Estudos de Violência Contra a Criança e o Adolescente da Sociedade de Pediatria de São Paulo-SPSP.

Formação: Médica formada pela Faculdade de Medicina de Santo Amaro-UNISA em 1982. Residência no Instituto da Criança da Faculdade de Medicina do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo-USP.

Fone: (11) 554-6629

Fax: (11) 5543-4553

E-mail: hwaksman@uol.com.br



SILVIA REGINA BRANDALISE

Área de atuação: Foi chefe do Hospital de Pediatria e chefe do Serviço de Hematologia e Oncologia Pediátrica na Unicamp, onde coordena o Centro Integrado de Pesquisas Onco-Hematológicas na Infância. É presidente do Centro Infantil Boldrini.

Formação: Graduada em medicina pela Escola Paulista de Medicina, com especialização pela Sociedade Brasileira de Hematologia e doutorado pela Universidade Estadual de Campinas.

Fone: (19) 3787-5001

Fax: (19) 3289-3571

E-mail: silvia@boldrini.org.br

Site: www.boldrini.org.br



VERA CORDEIRO

Área de atuação: Fundadora do Setor de Medicina Psicossomática do Hospital da Lagoa no Rio de Janeiro. Atende como médica na área de serviços de pediatria e CTI infantil. Membro da Associação Brasileira de Psicossomática. Coordenou conferências sobre tratamentos psicossomáticos para a Associação Brasileira de Psicossomática. É a fundadora da Associação Saúde Criança Renascer e superintendente geral da entidade.

Formação: Graduada em medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ em dezembro de 1975. No ano seguinte, especializou-se em nefrologia pela Faculdade Nacional de Medicina.

Fonefax: (21) 2286-9988/9654

Site: www.sade-crianca.org.br

E-mail: renascer@saude.org.br

ESTUDOS E PUBLICAÇÕES



A INFÂNCIA BRASILEIRA NOS ANOS 90

Autor: Unicef

Disponível no Unicef

Fone: (61) 3035-1900

E-mail: rmello@unicef.br

Site: www.unicef.org.br

Publicado em 1998 pelo Unicef, o livro traz uma análise das

conquistas no plano das condições de vida e da promoção e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes no decorrer da década de 90. Os capítulos 4 e 5, especificamente, focam o estudo nas questões da saúde e nutrição das crianças. Na parte da saúde da infância, é traçado um histórico da evolução do processo de declínio da mortalidade infantil da década de 60 a 90, e são evidenciadas as principais modificações que vêm se sedimentando no modelo de saúde prevalente no País, a partir da implantação do SUS-Sistema Único de Saúde, que trouxe inovações como a articulação de programas como o de Agentes Comunitários de Saúde-PAC e de Saúde da Família-PSF com entidades como a Pastoral da Criança.



CRIANÇA QUERIDA: O DIA-A-DIA DAS CRECHES E JARDIM-DE-INFÂNCIA

Autor: Renate Keller Ignacio

Disponível na Associação Comunitária Monte Azul

Fone: (11) 5851-6754/0442

E-mail: loja@monteazul.org.br

É um dos livros referentes ao Projeto Textos Pedagógicos, da Associação Comunitária Monte Azul e financiado pela Unesco do Japão. Baseado na experiência pedagógica de creches e jardins-de-infância das favelas Monte Azul e Peinha (São Paulo) e no estudo da Pedagogia Waldorf.



ENVENENAR É MAIS PERIGOSO: UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA?

Autores: Luiza Jane Eyre Xavier de Souza e Maria Grasiela Teixeira Barroso.

Cogitare de Enfermagem, 3 (1), 13-20, jan. -jun. 1998.

Disponível em: Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelo serviço de comutação bibliográfica - (31) 3248-9736.

O envenenamento (intoxicação exógena) é um dos principais acidentes domésticos entre menores de cinco anos. Está interligado a situações facilitadoras, ao estilo de vida da família, aos hábitos culturais e às fases de desenvolvimento da criança. Por meio de abordagem etnográfica (estudo de campo), as autoras analisaram o comportamento de oito famílias de crianças intoxicadas, na faixa de um a cinco anos, atendidas em um hospital público da Cidade de Fortaleza.



FATORES ASSOCIADOS À INTERNAÇÃO HOSPITALAR DE CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS

Autores: Jozana do Rosário de Moura Caetano, Isabel Altenfelder Santos Bordin, Rosana Fiorini Puccini, et alli

Rev. Saúde Pública, jun. 2002, vol.36, nº.3 [citado 26 Setembro 2002], p.285-291.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102002000300005&lng=pt&nrm=iso

Nos países em desenvolvimento, a infecção respiratória aguda é a principal causa de internação hospitalar de crianças menores de cinco anos. A precária condição de vida e a falta de acesso a serviços de saúde são fatores importantes na determinação dessa ocorrência. O estudo objetivou caracterizar a morbidade hospitalar (a capacidade de produzir doença num indivíduo ou num grupo de indivíduos) e identificar os fatores associados à hospitalização dessas crianças. Utilizou-se o banco de dados sobre condições de vida e saúde de crianças menores de cinco anos do município de Embu (SP). A amostra estudada totalizou 893 crianças. Os fatores associados à hospitalização incluíram baixo peso ao nascer, intercorrências neonatais, doença crônica, óbito de irmão menor de cinco anos, ser cuidado pela avó durante o dia, elevada densidade domiciliar e maior nível de escolaridade materna.



**INFORMATIVO ADOTEI UM SORRISO
INFORMATIVO NOSSAS CRIANÇAS
INFORMATIVO PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA**

Autor: Fundação Abrinq
Disponíveis na Fundação Abrinq
Periódicos bimestrais com informações sobre os respectivos programas da Fundação.
Fone/Fax: (11) 3081-0699
E-mail: info@fundabrinq.org.br
Site: www.fundabrinq.org.br



**NUTRIÇÃO E SAÚDE INFANTIL EM UMA COMUNIDADE
INDÍGENA TERENA, MATO GROSSO DO SUL**

Autores: Dulce Lopes Barboza Ribas, Alfredo Sganzerla, José Roberto Zorzatto, Sonia Tucunduva Philippi.
Caderno de Saúde Pública, 17 (2), 323-31, mar-abr, 2001
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000200007&lng=pt&nrm=iso
Descreve as condições de saúde e nutrição de crianças indígenas Terena, caracterizando o estado nutricional infantil, o consumo de alimentos, as condições sócio-econômicas e ambientais. Foram estudadas 100 crianças de 0 a 59 meses, residentes na Aldeia Córrego do Meio, MS. Em virtude dos déficits nutricionais, a proporção de retardo do crescimento é superior à encontrada na população brasileira. A análise da adequação percentual média dos nutrientes que compõem a dieta infantil indicou o não atendimento às recomendações nutricionais básicas.



**O IMPACTO DA AMAMENTAÇÃO SOBRE
A DESNUTRIÇÃO E A MORTALIDADE INFANTIL**

Autor: Myrian Coelho Cunha da Cruz
Tese de mestrado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro em outubro de 2001.
Disponível na própria escola.
Fone: (21) 2598-2504
E-mail: cedoc@ensp.fiocruz.br
A autora busca identificar os fatores responsáveis pela redução nos índices de mortalidade infantil e de desnutrição nas últimas décadas no País. Quando comparados aos bebês não amamentados, aqueles que o foram, independentemente da duração ou do tipo de aleitamento oferecido pelas mães pesquisadas, tiveram proteção de 75% contra o óbito pós-neonatal. Em relação à desnutrição, o efeito da área onde a criança reside foi significativo, enquanto que, no estudo da mortalidade pós-neonatal, foi evidenciada correlação dos óbitos com o nível financeiro da família.



PERIÓDICO COMUNIDADE CRIANÇA

Autor: Comitê da Primeira Infância
Disponível no Comitê da Primeira Infância
Fone: (61) 411-4902/4767
Resumo: Informativo do Comitê da Primeira Infância, veiculado como um encarte no boletim do Comunidade Ativa.

**POLÍTICAS INTERSERTORIAIS EM FAVOR DA INFÂNCIA
– GUIA REFERENCIAL PARA GESTORES MUNICIPAIS**

Autores: Comitê da Primeira Infância, Ministério da Saúde e Unicef. Textos: Maria Céres Pimenta S. Castro e Jairo Werner.

Coordenação editorial: Elizabeth Leitão
Disponível no Comitê da Primeira Infância
Fone: (61) 429-3560

E-mail: codipi@planalto.gov.br

O guia traz orientações aos gestores públicos com o objetivo de possibilitar um reordenamento de ações para a integração dos programas em favor da criança com idade inferior a sete anos. O material sugere um conjunto de estratégias capazes de assegurar a concretização dos direitos sociais da criança e sua família no que se refere ao acesso a programas e serviços sociais básicos de educação, saúde, assistência social, lazer e cultura.

PRÊMIO CRIANÇA 1999 / PRÊMIO CRIANÇA 2000

Autor: Fundação Abrinq

Disponível na Fundação Abrinq

Cada uma das duas publicações descreve as experiências finalistas do Prêmio Criança, em seu respectivo ano de realização.

Fonefax: (11) 3081-0699

E-mail: info@fundabrinq.org.br

Site: www.fundabrinq.org.br

PRÊMIO PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA 1999 / PRÊMIO PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA 2000

Autor: Fundação Abrinq

Disponível na Fundação Abrinq

Cada uma das duas publicações descreve as experiências em políticas públicas de municípios que contam com Prefeitos Amigos da Criança e que foram finalistas do Prêmio Prefeito Amigo da Criança.

Fone/fax: (11) 3081-0699

E-mail: info@fundabrinq.org.br

Site: www.fundabrinq.org.br

PREVALÊNCIA E FATORES DE RISCO PARA ANEMIA NO SUL DO BRASIL

Autores: Nelson A Neuman, Oswaldo Yoshimi Tanaka, Sophia Cornbluth Szarfarc, Paula R. V Guimarães e Cesar G Victora.

Revista de Saúde Pública, 34 (1), 56-63, fev. 2000.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-8910200000100011&lng=pt&nrm=iso

O estudo, realizado em área urbana do município de Crisciúma (SC), evidencia a força da desigualdade social nos casos de anemia, destacando o risco que ela representa para a saúde e o desenvolvimento intelectual das crianças. Fica evidente, por exemplo, que anemia é menos presente com o aumento da escolaridade do pai e da renda familiar total.

PREVALÊNCIA DE SOBREPESO E OBESIDADE ENTRE PRÉ-ESCOLARES ATENDIDOS NO AMBULATÓRIO DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFPE

Autores: Gisélia Alves Pontes Silva, GenBalaban, Joana Darc Santana Baracho, Maria Maia V Freitas, Eulália Maria M Nascimento. Anais da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, 46 (2), 127-131, 2001.

Disponível em: Biblioteca da Universidade de Brasília, pelo serviço de comutação bibliográfica - (61) 307-2836

O estudo, realizado com 230 pré-escolares no segundo semestre de 2000, verificou elevadas taxas de sobrepeso e obesidade nos estudantes, provenientes, em sua maioria, de famílias de classe socioeconômica baixa. Para os autores, os resultados reforçam a idéia de que a obesidade infantil está se tornando um problema de saúde pública.



QUANTIDADE E QUALIDADE DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS ANUNCIADOS NA TELEVISÃO BRASILEIRA

Autores: Sebastião de Sousa Almeida Nascimento, Paula Carolina e Teresa Cristina Bolzan Quaioti

Rev. Saúde Pública, jun. 2002, vol.36, nº.3 [citado 26 Setembro 2002], p.353-355.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102002000300016&lng=pt&nrm=iso

Analisa a quantidade e a qualidade de alimentos veiculados por três redes de canal aberto da televisão brasileira em três períodos do dia. Verificou-se que os produtos alimentícios, quando comparados a outros itens, foram os mais freqüentemente veiculados, independentemente do horário ou do dia. A análise mostra que a televisão divulga, predominantemente, alimentos com altos teores de gordura e/ou açúcar e sal. A conclusão é a de que a predominância dos produtos veiculados pode estar contribuindo fortemente para uma mudança nos hábitos alimentares de crianças e jovens, agravando o problema da obesidade.



SITUAÇÃO DA INFÂNCIA BRASILEIRA 2001

Autor: Unicef

Disponível no Unicef

Fone: (61) 3035-1900

E-mail: rmello@unicef.br

Site: www.unicef.org.br

Por meio do conceito de Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), o Unicef fez um amplo estudo da situação da infância no País. Relativo a crianças de zero a seis anos, o IDI conjuga variáveis como cobertura vacinal, cobertura pré-natal adequada, taxa de escolarização na pré-escola e escolaridade da mãe e do pai em cada um dos municípios brasileiros, estabelecendo uma escala de 0 a 1, sendo 1 o valor máximo que o município deveria buscar atingir no processo de sobrevivência, crescimento e desenvolvimento de suas crianças no primeiro período da vida. O estudo traz tabelas e mapas com as unidades da Federação e os 5.507 municípios brasileiros existentes até 1997 ordenados pelo índice de desenvolvimento. Também são relacionados os IDIs dos municípios por estado, ordenados do melhor ao pior, segundo a situação do desenvolvimento infantil.



TENDÊNCIAS DO ALEITAMENTO MATERNO NO BRASIL

Autor: Joel Alves Lamounier.

Revista de Medicina de Minas Gerais, 9 (2), 59-65, abr. -jun de 1999.

Disponível em: <http://www.scielo.br/>

Evidencia o crescimento da amamentação natural no Brasil e associa o fenômeno à ação de profissionais de saúde dedicados ao aleitamento materno, bem como à adoção de políticas de apoio, incentivo e promoção adotadas pelo Ministério da Saúde, seguindo as recomendações do Unicef. É citada pesquisa feita com populações em diversas regiões brasileiras, destacando que a média de aleitamento materno total passou de 74 dias, em 1974, para 134, em 1989, e para 210, em 1996. Adverte, porém, para o fato de que o aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses ainda não atinge a maioria das crianças, apesar de estar em fase de expansão.

SITES

www.aleitamento.org.br

O que pode ser encontrado: O Amamentação Online é um site que aborda questões relacionadas ao aleitamento. Traz dados dos índices de aleitamento materno no Brasil, por região e estado, e índices de morbi-mortalidade infantil e materna. Disponibiliza, também, artigos de especialistas do Brasil e do mundo.

www.amigasdoparto.com.br

O que pode ser encontrado: Projeto criado por quatro mulheres que passaram pela experiência do parto e sentiram-se enriquecidas por ela, mesmo não tendo sido uma fase satisfatória para todas. Entender o porquê disso e garantir que outras

mulheres não vivenciem a mesma situação é um dos principais objetivos das Amigas do Parto. Para elas, o parto tornou-se um assunto médico-hospitalar. Assim, questionam a cultura atual, que considera a gestação, o parto, a amamentação e a maternagem como pequenos complementos para a mulher moderna. No Brasil as taxas de cesariana em hospitais privados chegam a 90%, enquanto o recomendado pela Organização Mundial da Saúde é de até 15%. Os índices brasileiros de mortalidade materna e infantil estão entre os maiores do mundo.

www.anvisa.gov.br

O que pode ser encontrado: Vinculada ao Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária-Anvisa tem como finalidade promover a proteção da saúde da população por meio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados. No site são encontradas as mais recentes portarias e resoluções relativas à nova regulamentação para comercialização de produtos destinados a lactentes.

www.cfemea.org.br

O que pode ser encontrado: Criado com o objetivo de lutar pela plena cidadania das mulheres, por relações equitativas e solidárias, e por uma sociedade e Estado justos e democráticos, o Cfemea disponibiliza no seu site dados sobre legislação, artigos e textos de especialistas, além do Guia dos Direitos da Mulher.

www.doulas.com.br/index.html

O que pode ser encontrado: Site não oficial, divulga a ReHuNa-Rede Nacional pela Humanização do Parto e Nascimento, que congrega mulheres, homens, setores da sociedade civil organizada, profissionais de saúde e educação, planejadores e executores das políticas de saúde, com a finalidade de mostrar os riscos à saúde de mães e bebês frente às práticas obstétricas inadequadas e intervencionistas. Busca, ainda, resgatar o nascimento como evento existencial e sócio-cultural crítico, revalorizando o nascimento humanizado e incentivando as mulheres a aumentar sua autonomia e poder de decisão sobre seus corpos e seus partos. Para tanto, alia

conhecimento técnico e científico sistematizado e comprovado a práticas humanizadas de assistência a partos e nascimentos.

www.metodomaecanguru.org.br

O que pode ser encontrado: Apresenta informações completas sobre o Método Mãe Canguru, que inovou e barateou os custos de atendimento de prematuros ao investir no fortalecimento do vínculo entre mãe e bebê.

www.partohumanizado.com.br

O que pode ser encontrado: Coordenado por Marília Largura, parteira há mais de 40 anos, o site defende a humanização do nascimento e sugere um novo modelo de assistência à parturiente, centrado na família, em um ambiente de respeito e privacidade. Lá são encontrados artigos fruto dessa nova concepção de parto.

www.redesaude.org.br/index.html

O que pode ser encontrado: É o cartão de visitas da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (RedeSaúde), uma articulação do Movimento de Mulheres do Brasil, que completou 10 anos de atividades em 2001. Reúne 110 instituições filiadas – entre grupos feministas, ONGs, núcleos de pesquisa, organizações sindicais/profissionais e conselhos de direitos das mulheres –, além de profissionais de saúde e ativistas feministas, que realizam trabalhos políticos e pesquisas nas áreas de saúde das mulheres e direitos reprodutivos.

www.renascimento.com.br/renascimento/deep.htm

O que pode ser encontrado: Podem ser acessados diversos artigos de renomados especialistas, que mostram as múltiplas relações entre as experiências de nascimento e os padrões de comportamento que tendem a se manifestar ao longo da vida.

www.saudegratuita.com.br

O que pode ser encontrado: Portal que agrega equipe formada por mais de cem colaboradores das mais diversas áreas da saúde. O site oferece conteúdo e serviços diferenciados, com páginas dedicadas especialmente à saúde do bebê e da criança. Traz extensa lista com *links* de sites especializados em pediatria.

De Olho no Parlamento

Em 2002, a Bancada Feminina no Congresso Nacional era composta por 33 deputadas federais e cinco senadoras, representando 6,43% dos assentos na Câmara dos Deputados e 6,17% do Senado Federal – um dos piores índices da América Latina. De acordo com uma projeção feita pelo Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) sobre as eleições de 2002, os partidos políticos ficaram longe do cumprimento da cota mínima de 30% das candidaturas proporcionais para qualquer um dos sexos. Segundo a historiadora Sônia Malheiros Miguel, assessora técnica do Cfemea, em todo o Brasil, para todos os cargos, a porcentagem de mulheres candidatas em 2002 estava abaixo de 15%. Esse fato tem influência direta sobre propostas que podem ser, ou não, aprovadas no Parlamento, como facilidades trabalhistas para mães, o posicionamento do País diante da falta de creches, assuntos relacionados com os direitos reprodutivos, entre outros projetos. Confira abaixo algumas propostas relacionadas à saúde materna e infantil em tramitação no Congresso Nacional. O levantamento foi feito por Elizabeth Saar, assessora parlamentar do Cfemea.

PL* 335/95 – Deputada Fátima Pelaes – PSDB/SP – Dá nova redação ao artigo 89 da lei 7210, de 11 de julho de 1984 (lei de execução penal), que trata das penitenciárias de mulheres. Determina que esses locais sejam dotados de seção para gestantes e parturientes e de creches para as crianças pequenas cujas responsáveis estejam presas.

PL 810/95 – Deputada Rita Camata – PMDB/ES – Proíbe servir bebidas alcoólicas a certos grupos populacionais, como para pessoas com menos de 21 anos, e determina sua comercialização com um alerta às mulheres grávidas.

PLC 31/01 – Deputada Laura Carneiro – PFL/RJ** – Dispõe sobre o atendimento preferencial a idosos, gestantes, portadores de deficiência e crianças de primeira idade para marcação de consultas e exames complementares no Sistema Único de Saúde (SUS).

PL 6915/02 – Senador Geraldo Cândido – PT/RJ – Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos.

PLC 104/00 – Deputado Enio Bacci – PDT/RS – O projeto propõe a obtenção de diagnóstico preventivo das anomalias fetais, por meio de exames a serem realizados nas células de feto, de placenta, do líquido amniótico, do sangue do cordão umbilical ou pelo teste chamado “ultra-som morfológico”, em que é possível detectar anomalias nos cromossomos, defeitos ana-

tômicos graves e anomalias cardiovasculares do feto, nas unidades de saúde e hospitais públicos, ligados ao Sistema Único de Saúde.

PL 109/99 – Deputada Maria Elvira – PMDB/MG, PL 68/99 – Deputada Iara Bernardi – PT/SP e PL 5538/01 – Deputado Lamartine Posella – PMDB/SP – Estes projetos propõem a inclusão do exame de diagnóstico de Aids e detecção do HIV na rotina do pré-natal do SUS. A proposta de Iara Bernardi prevê ainda que crianças cujas mães possuam diagnóstico positivo recebam do SUS o leite necessário para a sua sobrevivência até que completem dois anos.

PL 56/99 – Deputado João Grandão – PT/MS e PL 18/99 – Deputado Paulo Rocha – PT/PA – Esses dois projetos propõem a obrigatoriedade de exames capazes de detectar as hemoglobinopatias (problemas que causam diferenças nas moléculas de hemoglobina, como a anemia falciforme) nas maternidades e estabelecimentos afins.

PL 2942/97 – Deputado Eduardo Jorge – PT/SP – Propõe a instituição no SUS do programa de prevenção e assistência integral às pessoas portadoras de anemia falciforme e dá outras providências.

PL 2133/99 – Deputada Alcione Athayde – PSB/RJ – Torna obrigatória a vacinação contra rubéola de mulheres em idade fértil.

PL 1839/99 – Deputado Marcos de Jesus – PTB/PE – Dispõe sobre a utilização da infra-estrutura da merenda escolar das escolas públicas para atendimento de programas de alimentação da mãe gestante em condição de desnutrição.

PL 809/99 – Deputada Maria do Carmo Lara – PT/MG – Dispõe sobre a descentralização dos recursos destinados a programas de atendimento aos desnutridos e às gestantes em risco nutricional.

PL 4305/01 – Deputada Nair Xavier Lobo – PMDB/GO – Dispõe sobre a assistência integral à mulher grávida vítima de estupro.

PL 4723/01 – Deputado Jovair Arantes – PSDB/GO – Inclui crianças de zero a seis anos e mulheres gestantes e lactantes no Programa Nacional de Renda Mínima, instituído pela lei nº 10219, de 11 de abril de 2001.

PL 5728/01 – Deputada Ana Corso – PT/RS – Obriga os hospitais privados ou conveniados com o SUS a atenderem as mulheres em trabalho de parto, independentemente de se tratar ou não de caso de alto risco.

PL 6559/02 – Deputado Luiz Ribeiro – PSDB/RJ – Institui, junto aos hospitais da rede pública e privada, o direito à gestante de acompanhante nas enfermarias após o parto e dá outras providências.

PL 5741/01 – Deputada Ana Corso e outros – PT/RS e PL 6807/02 – Deputado Ivan Paixão – PPS/SE – O primeiro projeto dispõe sobre a criação dos comitês de estudo e prevenção à mortalidade materna nos estados e municípios. O segundo, prevê a notificação compulsória das mortes maternas ocorridas na gravidez, o parto ou o puerpério, por complicações desses estados ou devidos a doenças preexistentes e agravadas por eles, em toda a rede de serviços de saúde do Brasil.

**PL – Projeto de Lei.*

***PLC – Projeto de Lei Complementar.*

O que é o SUS

O Sistema Único de Saúde foi promulgado na Constituição Federal de 1988. Sua concepção prevê uma rede de serviços regionalizada, hierarquizada e descentralizada com gestão única em cada esfera de governo: municipal, estadual e federal. Apesar de o sistema ser único e público, a rede prestadora dos serviços admite a participação de entidades de caráter privado, de forma complementar, desde que contratadas ou conveniadas, sob fiscalização do estado e controle social.

Gestores

Os responsáveis pelo funcionamento do SUS existem nas três instâncias de governo.

Federal: Seu papel é definir políticas de saúde, normatizar e coordenar o processo de municipalização, além de assessorar e supervisionar estados e municípios.

Estadual: Compete prestar serviços, assumir a coordenação do processo em sua área de abrangência, normatizar, assessorar e supervisionar municípios.

Municipal: Cabe o planejamento, a organização, a avaliação e a gestão do sistema em sua área de atuação.

Gerenciamento

O comando único em cada nível de governo serve para estabelecer responsabilidades pelas ações em uma mesma base territorial ou hierarquia de atenção à saúde para que não haja superposição de esforços nem conflitos de poder. Para superar embates entre os dife-

rentes níveis de governo, o SUS prevê comissões que se reúnem regularmente.

Financiamento

A saúde pública no Brasil é financiada com recursos da seguridade social, da União, dos estados e dos municípios. Os repasses das verbas do Ministério da Saúde ocorrem de várias formas. Uma delas é a remuneração por serviços produzidos, como internações hospitalares e atendimento ambulatorial, pagos através de faturamento aos prestadores do SUS. O Ministério também transfere verbas do Fundo Nacional de Saúde aos respectivos Fundos Estaduais e Municipais para garantir o atendimento básico e os de média e alta complexidade, respeitando os critérios de gestão (Plena da Atenção Básica e Plena do Sistema Municipal). Todo o orçamento do Ministério da Saúde e os repasses a cada município estão disponíveis na página do órgão na internet (www.saude.gov.br).

Conselho Nacional de Saúde (CNS)

Órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários. Atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde. Junto com os conselhos estaduais e municipais de saúde, tem um papel importante para o setor, em especial no que se refere à participação da sociedade. Site: www.saude.gov.br.

Conselho Estadual e Municipal de Saúde (CES/CMS)

São instâncias permanentes e deliberativas que atuam na formulação de estratégias e no controle da execução

da Política Estadual e Municipal de Saúde. A participação comunitária é enfatizada na legislação, tornando os Conselhos instâncias privilegiadas para a discussão das políticas de saúde. A lei também estabelece a composição paritária dos usuários em relação aos outros segmentos representados. Assim, um Conselho de Saúde deverá ser composto por representantes do governo, prestadores de serviços de saúde e usuários. Recomenda-se que o número de conselheiros não seja inferior a 10 nem superior a 20.

Comissão Intergestores Tripartite (CIT)

Instância de negociação e acordos entre as três esferas de governo que busca viabilizar parcerias para a execução das políticas de saúde. Composta por: Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass) e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems).

Comissão Intergestora Bipartite (CIB)

Espaço permanente de negociação e produção, onde são discutidos os assuntos de interesse dos municípios e do estado. Composta por: secretaria estadual de saúde e órgão representante dos secretários municipais.

A LEGISLAÇÃO DO SUS

Constituição Federal de 1988

Do artigo 196 ao 200, estão traçadas as linhas gerais do Sistema Único de Saúde.

Leis federais 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.142, de 28 de dezembro de 1990

Dispõem sobre as condições de atenção à saúde, a organização, o funcionamento dos serviços e a partici-

pação da comunidade na gestão do SUS. Criam o Fundo Nacional de Saúde para repasse dos recursos federais a estados e municípios.

Normas operacionais

Elas surgiram em 1991 como instrumentos jurídicos para aprofundar e reorientar a implantação do SUS em seus vários níveis, estabelecendo de forma negociadora mecanismos e critérios para a transferência de responsabilidades e recursos a estados e municípios. Essas normas foram editadas em diversas versões nas décadas de 1990 e 2000. É importante que o jornalista domine seu conteúdo para poder efetivamente investigar qualquer questão relacionada à saúde, principalmente as responsabilidades de cada ator envolvido na garantia desse direito.

PAB (Piso de Atenção Básica) – Portaria 1882 de 18 de dezembro de 1997

Garante o repasse de recursos mensais regulares e automáticos para os municípios brasileiros, no valor per capita mínimo de R\$10/ano para o financiamento de ações básicas de saúde em nível local. Além da parte fixa do PAB, existem os incentivos para a realização de outras ações, tais como o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), o Programa de Saúde da Família (PSF), Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Assistência Farmacêutica Básica e Combate às Carências Nutricionais – esse conjunto é conhecido como PAB Variável.

Fonte: Jane Ramos Pereira, consultora da Área de Saúde da Criança do Ministério da Saúde no governo Fernando Henrique Cardoso e responsável pelo Projeto Registro Civil e pela implantação dos Postos Avançados de Registro nas Maternidades do SUS

Indicadores de Qualidade de Vida da Criança

Dados do *Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas*, acessíveis no site www.undp.org.br.

Altura deficiente para a idade em crianças menores de cinco anos – Inclui casos de raquitismo moderados ou graves.

Crianças nascidas com insuficiência de peso – Percentual de bebês com peso inferior a 2,500 kg.

Mortalidade de menores de cinco anos – A taxa de óbitos entre o nascimento e os cinco anos de idade, calculada para cada 1.000 crianças nascidas vivas.

Peso deficiente para a idade em crianças menores de cinco anos – Inclui deficiência moderada ou grave em relação à medida padrão do Ministério da Saúde.

Índice educacional – Um dos três usados no Índice de Desenvolvimento Humano. Baseia-se na taxa de alfabetização de adultos e na taxa de escolarização combinada dos ensinos primário, secundário e superior.

Taxa total de fertilidade – Projeção do número médio de filhos que uma mulher teria se as taxas atuais de fertilidade para cada idade se mantivessem inalteradas.

Taxa de utilização de contraceptivos – Percentual de mulheres casadas em idade fértil (compreende a faixa etária que vai dos 15 aos 49 anos) que utilizam, ou cujos

maridos utilizam, qualquer forma de contracepção, tanto moderna como tradicional.

Partos assistidos por técnicos de saúde – Percentual de partos feitos por médico, enfermeira, parteira ou parteiras tradicionais formadas (pessoa integrada no sistema formal de cuidados de saúde, que adquiriu, inicialmente, a sua competência com a prática ou por meio da aprendizagem com outras parteiras e que, mais tarde, foi submetida a uma formação extensiva).

Utilização de fontes de água melhoradas – Percentual da população com acesso regular a água potável, a partir de fontes tratadas. Acesso regular: disponibilidade de pelo menos 20 litros para cada pessoa por dia em manancial localizado a até um quilômetro da residência. Fontes melhoradas: canalizações públicas, poços com bombas manuais, reservatórios protegidos, nascentes protegidas e recolhimento de água das chuvas.

Acesso a instalações sanitárias adequadas – Percentual da população com instalações sanitárias com ligação a sistema de esgotos ou a reservatório séptico e a um sistema de descargas de excreções, considerado adequado se privado ou partilhado (mas não público) e se separa, higienicamente, dejetos do contato humano.

Acesso a medicamentos essenciais – Percentagem da população que tem acesso a um mínimo de 20 dos remédios mais essenciais, continuamente e sem custos, nas instalações de saúde públicas, privadas ou em farmácias, num percurso de até uma hora de sua casa.

Consultores



ELIZABETH MILWARD DE ALMEIDA LEITÃO

É psicóloga e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi Secretária-Executiva (1997-2001) do Programa Bolsa-Escola da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte e assessora junto à Secretaria Nacional de Políticas da Saúde (Ministério da Saúde), onde atua no Comitê da Primeira Infância, que desenvolve metodologias com o objetivo de integrar programas e ações intersetoriais direcionados às crianças de zero a seis anos.



FRANCISCA MARIA OLIVEIRA ANDRADE (TATI)

É pediatra com mestrado em Saúde Pública. Entre suas atividades no estado do Ceará destacam-se a coordenação do programa de redução da mortalidade infantil, a presidência da Febem-CE e a Sub-Secretaria de Saúde do Estado. Tati também foi consultora do Unicef para o estado do Piauí, *fellow* e consultora da Fundação W.K. Kellogg. Atualmente é coordenadora da Saúde do Adolescente do Ceará, professora da Faculdade de Medicina de Juazeiro do Norte-CE e diretora voluntária do Instituto de Saúde e Desenvolvimento Social (ISDS).



JAIRO WERNER

É médico, doutor em Saúde Mental pela Universidade de Campinas (Unicamp), mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e especialista em Pediatria pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ). É professor responsável pela área de Desenvolvimento Infantil da Faculdade de Medicina da UFF, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Presidente do Instituto de Pesquisa Heloísa Marinho. Jairo também é o autor dos livros *Políticas Integradas em Favor da Infância* (2002), *Saúde e Educação* (2001) e *Ações Básicas de Saúde e Des. da Criança* (1994).

Pesquisa Mídia e Saúde da Criança



JANE RAMOS PEREIRA

É graduada em Estudos Sociais pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) com especialização em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Também é pós-graduada em Assessoria Parlamentar pela Universidade de Brasília (UnB). Foi consultora da Área de Saúde da Criança do Ministério da Saúde no governo Fernando Henrique Cardoso, responsável pelo Projeto Registro Civil e pela implantação dos Postos Avançados de Registro nas Maternidades do Sistema Único de Saúde (SUS).



MARIA JOSÉ MEDEIROS

É Oficial de Projetos de Saúde do Unicef e coordenadora do escritório regional da instituição para os estados do Maranhão e Piauí. É médica com especialização em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP), em Medicina Sanitária pelo Conselho Federal de Medicina e em Saúde Materno-Infantil pelo Centro Latino-americano de Perinatologia (CLAP), de Montevideo (Uruguai), e pela Universidade Federal do Chile (OPAS/Unicef).



RACHEL DIAS AZEVEDO

É bacharel em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em Construção de Indicadores Sócio-populacionais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG). Rachel atua como assistente da Coordenação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Entidades Parceiras



**UNICEF –
FUNDO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA A INFÂNCIA**

Órgão permanente do sistema das Nações Unidas, no Brasil o Unicef desenvolve diversos programas de apoio a cerca de 400 instituições governamentais e não governamentais que trabalham para a promoção, proteção e garantia igual e universal dos direitos das crianças e dos adolescentes.



FUNDAÇÃO W. K. KELLOGG

O objetivo primordial da Fundação é demonstrar e disseminar estratégias para romper o ciclo da pobreza, promovendo o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. No Brasil, atenção especial é dedicada a projetos que estimulam o envolvimento de jovens com ações de planejamento e liderança.



**INSTITUTO
AYRTON SENNA**

É missão do Instituto oferecer condições de Desenvolvimento Humano à infância e à adolescência brasileiras, por meio de criação, implementação e disseminação de tecnologias sociais. Em 2001, através de seus programas e projetos, foram atendidos diretamente 400 mil crianças e jovens de todo o País.



ANDI – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA

A missão da ANDI é contribuir para a qualidade da informação pública em torno de temas relevantes para a promoção e a defesa dos direitos da infância e da adolescência. Para isso, busca estimular o diálogo pró-ativo, profissional e ético entre os atores da sociedade civil organizada e a mídia.